

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em História

Ana Carolina Marques de Souza

**A MÚSICA E O SAGRADO: CORPORAÇÕES MUSICAIS
ENTRE A LITURGIA E A RELIGIOSIDADE POPULAR (1903-
1951)**

Mariana

2020

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em História

Ana Carolina Marques de Souza

**A MÚSICA E O SAGRADO: CORPORAÇÕES MUSICAIS
ENTRE A LITURGIA E A RELIGIOSIDADE POPULAR (1903-
1951)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.
Linha de pesquisa: Poder, Espaço e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade

Mariana

2020

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S729m Souza, Ana Carolina Marques de.

A Música e o Sagrado [manuscrito]: Corporações Musicais entre a Liturgia e a Religiosidade Popular (1903-1951). / Ana Carolina Marques de Souza. - 2020.

90 f.: il.: color., tab..

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Modernização. 2. Música. 3. Religiosidade. I. Andrade, Francisco Eduardo de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 93/94

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana De Oliveira - SIAPE: 1.937.800



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Carolina Marques de Souza

A música e o sagrado: corporações musicais entre a liturgia e a religiosidade popular (1903-1951)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 11 de dezembro de 2020.

Membros da banca:

Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade - Orientador, Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Manuela Areias Costa - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Edilson Vicente de Lima - Universidade Federal de Ouro Preto

Francisco Eduardo de Andrade, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 27/09/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Eduardo de Andrade, COORDENADOR(A) DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/ICHS**, em 27/01/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0272598** e o código CRC **C06AD6A0**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000986/2022-29

SEI nº 0272598

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

Em memória de meu avô, seu Antônio,
de Bruno Coga,
de Fábio,
e todos aqueles que partem cedo demais.

AGRADECIMENTOS

O trabalho dos historiadores (e historiadoras), muitas vezes materializado na tessitura de uma narrativa, raramente é feito à duas mãos. E, eu, enquanto pesquisadora, tive o privilégio de contar com ajuda e presença de pessoas que tornaram a árdua caminhada da pesquisa um mais leve. Felizmente, são tantos nomes que se listados por completo deixariam o texto demasiadamente longo. Portanto, me permitirei a não mencionar todos eles, ainda que contem sempre com a minha gratidão.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que financiou parte da pesquisa do mestrado.

Em segundo lugar, agradecer à minha família, foi e tem sido um suporte indispensável. Também quero agradecer aos amigos. Aos colegas de sala, aos colegas das repúblicas que morei, às amizades feitas nos arquivos, nas viagens e nos corredores da UFOP. Vocês são minha segunda família.

Também quero agradecer aos professores, sobretudo na figura do meu orientador Francisco Andrade, pelas importantes referências e pela formação de excelência que nos proporcionam.

Por fim, gostaria de agradecer às instituições de pesquisa, arquivos, e também à Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição de Furquim, pela recepção e por toda ajuda oferecida na construção desse trabalho. Espero que seja do merecimento da atenção que nos foi dada.

*“E quem garante que a história
é carroça abandonada
numa beira de estrada
ou numa estação inglória,
A história é um carro alegre
cheio de um povo contente
que atropela indiferente
todo aquele que a negue”*

(Pablo Milnanéz e Chico Buarque de Holanda)

RESUMO

Nosso trabalho tem como objeto duas sociedades musicais localizadas no interior de Minas Gerais, mais precisamente na cidade de Mariana, nos distritos de São Caetano e Furquim. Seus nomes são, respectivamente, Sociedade Musical São Caetano e Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição de Furquim. Fazendo uso das contribuições metodológicas trazidas pela história cultural, pretendemos observar nesse texto como essas duas instituições se relacionavam com a sociedade em geral e com a comunidade onde se inserem. Também nos atentaremos que, ainda que as bandas trouxessem consigo vários elementos ligados à militarização e à modernização, pretendemos demonstrar que a forma como a Igreja, na figura das paróquias, se dedicava em manter uma relação estreita com as bandas, de maneira a se aproximar de grupos com importância sociocultural em suas localidades, bem como manter o seu prestígio enquanto instituição religiosa, que no início do século XX vinha sendo abalado.

Palavras-chave: Corporações Musicais; religiosidade; modernização.

ABSTRACT

Our work has as object two musical societies located in the interior of Minas Gerais, more precisely in the city of Mariana, in the districts of São Caetano and Furquim. Their names are, respectively, Sociedade Musical São Caetano and Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição de Furquim. Using the methodological contributions brought by cultural history, we intend to observe in this text how these two institutions were related to society in general and to the community in which they operate. We will also note that, although the bands brought with them several elements related to militarization and modernization, we intend to demonstrate that the way in which the Church, in the figure of the parishes, was dedicated to maintaining a close relationship with the bands, in order to get closer groups with socio-cultural importance in their localities, as well as maintaining its prestige as a religious institution, which at the beginning of the 20th century was being shaken.

Key – Words: Musical Societies; religiosity; modernization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Mapa de Mariana datando do ano de 1927	39
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados demográficos de Mariana entre 1920 e 1950	42
Tabela 2: Dados do município de Mariana e Furquim	46
Tabela 3: Dados do município de Mariana e São Caetano	50
Tabela 4: Calendário festivo de Mariana	52

LISTA DE ABREVIATURAS OU SÍMBOLOS

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

AHCMM – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

SMNSC – Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição de Furquim

SMSC – Sociedade Musical São Caetano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - A Igreja Católica no início do século XX: entre o discurso romano e diocesano	18
1.1 – A Igreja Católica e as mudanças da modernidade	18
1.2 – A Igreja Católica em Minas Gerais na Primeira República	28
CAPÍTULO 2 – O vale do Ribeirão do Carmo: Mariana e seus distritos ..	39
2.1 – A cidade de Mariana	39
2.2 – O arraial de Antônio Furquim da Luz	44
2.3 – O distrito de São Caetano	47
2.4 – Calendário de festas na cidade dos bispos	52
CAPÍTULO 3 – A música de banda das Minas Gerais	62
3.1 – A Formação das bandas no Brasil e Minas Gerais	62
3.2 – A Sociedade Musical São Caetano	68
3.3 – A Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição	73
CONCLUSÃO	77
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
ANEXOS	85

Introdução

A banda de música foi uma das expressões musicais de grande importância durante o século XIX e se insere nesse panorama até os dias atuais. Além de contribuir para a formação de músicos para as orquestras¹, também contribuiu para o desenvolvimento dos gêneros musicais em voga na época.

Sofrendo diversas mudanças na sua formação e funções sociais, hoje as corporações musicais existem em diversos estados brasileiros.

Atualmente Minas Gerais tem cerca de 700 corporações musicais², o que configura quase um terço³ das bandas existentes no Brasil. Em Minas existem diversos projetos de âmbito estadual e municipal para o fomento e criação de novas bandas, o que demonstra a importância cultural que elas carregam no estado. É uma tarefa quase impossível quantificar todos os maestros, músicos, instrumentos, diretores, e demais membros, que existem hoje dada a dinâmica dessas corporações, mas é visível o papel social que cumprem nas comunidades que atuam: desde a formação de músicos, sejam eles crianças, jovens, adultos ou idosos, ou na participação de datas comemorativas, homenagens e diversos eventos sociais.

Dentro desse contexto, a cidade de Mariana é destaque no que tange à quantidade de bandas, possuindo 11 delas, distribuídas entre a sede e os distritos. Em nosso trabalho, nos deteremos mais precisamente em duas delas: Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição, do distrito de Furquim, e Sociedade Musical São Caetano, do distrito de Monsenhor Horta. A partir disso, um de nossos objetivos foi de comprovar o caráter religioso que envolve as atividades das bandas citadas, em detrimento das suas funções cívicas.

¹ BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. 2006. 135f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. p. 8

² PROJETO DAS BANDAS DE MÚSICA DAS MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.bandasdeminas.com.br/projeto-das-bandas-de-musica-de-minas-gerais/>>. Acesso em 02 de out. 2019.

³ Dados da Funarte (Fundação Nacional de Artes).

As práticas dessas sociedades atualmente estão intimamente ligadas tanto à história de sua formação e do calendário religioso no qual se inserem, quanto nas atividades festivas das comunidades das quais fazem parte. Em Mariana, além da banda desempenhar uma função importante com o processo de musicalização e de apresentação de diversos temas culturais para os músicos que participam da dela, ela também tem um papel respeitável na relação das comunidades dos distritos com a sede do município devido às diversas apresentações e encontros que são feitos regularmente com iniciativas públicas locais⁴. Todos esses fatores, somados à falta de muitos trabalhos no campo histórico sobre o assunto, nos mostram que é de grande relevância nos debruçarmos sobre o tema, tão caro às comunidades locais.

A ligação das corporações musicais com o seu local de inserção nem sempre foi a mesma. Na passagem do século XIX para o século XX e durante a primeira metade deste, as discussões feitas dentro e fora da Igreja sobre o papel da liturgia na vivência do catolicismo e das representações religiosas populares tiveram grande influência nas práticas desses grupos. De acordo com a historiografia sobre o tema⁵, havia nesse período o objetivo por parte da Cúria Romana de centralizar o controle da instituição, o que implicava em delimitar as expressões religiosas que estivessem dentro de seu escopo. Outro de nossos objetivos é analisar como as corporações se configuram como expressões culturais que dialogam com a esfera litúrgica e a esfera popular em suas práticas, bem como os debates teológicos exerceram influência nessas mesmas práticas.

⁴ Prefeitura de Mariana. MAIS DE R\$ 200MIL ÀS BANDAS DE MÚSICAS. Disponível em: <http://pmmariana.com.br/noticia_categoria/destaques/mais-de-r-200-mil-as-bandas-de-musicas>. Acesso em 2 de out. 2019.

⁵ Alguns autores que abordam o tema e que serão citados ao longo do trabalho: PEREIRA, Mabel Salgado. *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocristandade (1888-1952)*. 2010. 349f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010; DUARTE, Fernando Lacerda Simões. *Música e ultramontanismo: possíveis significados para as opções composicionais nas missas de Furio Franceschini*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012; DUARTE, Francisco Lacerda Simões. *Resgates e abandonos do passado na prática musical litúrgica católica no Brasil entre os pontificados de Pio X e Bento XVI (1903-2013)*. 2016. 465f. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016; SILVEIRA, Diego Omar. *Sacerdos Magnus: Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988)*. 207f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2009.

Para isso, nos valeremos das contribuições trazidas pela história cultural, na medida em que consideramos a cultura como sendo constituída pelo conjunto de linguagens e ações simbólicas de determinada sociedade.⁶ Partindo de uma terceira via de análise, que não se mantém fiel nem à forma clássica de história socioeconômica nem às investigações que determinam as relações como sendo organizadas inteiramente segundo as racionalidades de seus indivíduos, busca-se compreender os objetos de análise inseridos num espaço preenchidos por uma rede de interdependências dos indivíduos ou grupos⁷. Além disso, vê-se que também são utilizadas estratégias e ajustes à determinadas situações, e nem sempre de maneira homogênea dentro de um mesmo grupo. Nosso enfoque se dará tanto sobre as estratégias utilizadas por esses grupos quanto em suas representações culturais de identidade, colocadas como instrumento teórico-metodológico da história cultural.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, tivemos mudanças importantes na realização do trabalho. A nossa ideia inicial se referia ao estudo das participações da Sociedade Musical São Caetano nos cortejos fúnebres da comunidade onde está inserida. Devido à dificuldade de fontes que nos ajudassem a construir nossa narrativa, optamos por incluir mais uma sociedade musical na pesquisa, que é a já mencionada Nossa Senhora da Conceição, de Furquim. Por ser também criada no século XIX e parte de uma região rural assim como Monsenhor Horta, acreditamos que ao nos debruçarmos sobre as duas comunidades, ampliamos o panorama que buscamos apresentar.

Nossas fontes perpassam a esfera pública e a privada. Utilizamos partituras musicais impressas e manuscritas da Sociedade Musical São Caetano presentes no Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão em História da Universidade Federal de Ouro Preto, bem como outros documentos que dizem respeito ao cotidiano da banda, como compra de instrumentos e partituras, conserto dos instrumentos, atividades de

⁶ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica 2009. p. 35.

⁷ CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história: debate com José Sérgio Leite Lopes. *Topoi*. Rio de Janeiro, 2002. p. 151.

levantamento de recursos (como rifas e doações, por exemplo), e também correspondências de membros da banda que fazem parte da Família Ferreira e Ramos, entidade produtora do fundo com o mesmo nome. Além disso, também temos as partituras da Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição, que fazem parte do acervo particular da banda, além de algumas fotografias. Por fim, buscamos os Livros de Tombo presentes no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana que tratam dos distritos de Furquim e Monsenhor Horta, que apresentam informações importantes sobre a relação das Paróquias com suas comunidades e também com os conjuntos musicais.

O texto se divide em três capítulos. No primeiro, abordaremos a Igreja Católica frente as mudanças trazidas pela modernidade. Ainda muito apegada às determinações tridentinas, a Igreja em Minas Gerais teve de lidar com o fim do padroado e a perda da sua posição como religião oficial do Brasil. Nossa pesquisa procura mostrar como a instituição se relacionava com a sociedade em que estava inserida nas suas mais diversas instâncias (sobretudo dioceses e paróquias), e como a música se insere nesse contexto de reordenamento de várias de suas práticas. No segundo capítulo abordaremos a história dos distritos onde as bandas que são objeto de nosso trabalho se inserem, apresentando dados históricos sobre a sua economia voltada para a agropecuária. Também procuramos apresentar um calendário festivo das atividades comunitárias, onde as bandas tinham o costume de se apresentar. Por fim, no terceiro capítulo, discutiremos mais detidamente informações sobre os referidos conjuntos, e sua relação com a paróquia e com a comunidade, bem como as estratégias utilizadas pelas instituições religiosas da cidade de Mariana na busca por ter maior controle sobre o que era visto como patrimônio da paróquia: as sociedades musicais.

CAPÍTULO 1 - A Igreja Católica no início do século XX: entre o discurso romano e diocesano

1.1. A Igreja Católica e as mudanças da modernidade

Ao longo dos seus séculos de existência, a Igreja Católica travou vários embates dentro e fora de suas paredes. Sua relação com o poder secular, em alguns momentos mais estremecida que outros, também teve grande peso nas suas tomadas de decisão. E, para além disso, é necessário lembrar que, internamente, a Igreja enquanto instituição também é provida de dissidências e discussões. Nem sempre suas determinações chegavam aos longínquos espaços onde o catolicismo alcançava da mesma maneira.

Na virada do século XIX⁸ para o século XX, os movimentos de renovação da vida social se alastravam por diversas esferas, e não foi

⁸ No século XIX a Igreja passou por outras contendas. No período que compreende as primeiras décadas do século XIX, sobretudo após a Independência, observa-se que no interior da Igreja brasileira existiam dois grandes grupos que estavam em conflito: um clero ligado ao regalismo pombalino e outro ligado à romanização e ao Concílio de Trento. O primeiro grupo tinha como nome importante a figura do Padre Feijó, e contava também com boa parte do clero de São Paulo. Tinham entre suas propostas mais radicais o fim do celibato sacerdotal como solução para sua inobservância recorrente e também uma secularização do ensino. O segundo grupo, muito ligado à figura de Romualdo Antônio de Seixas, Arcebispo da Bahia, defendia sobretudo a formação de um clero ligado a Roma e com autonomia espiritual. Essa tensão se já ocorria desde o final do século XVIII e tem suas origens no continente europeu. Após a Revolução Francesa, que trouxe consigo uma significativa perda de poder político para o catolicismo, houve um esforço por parte da Igreja de reconquistar o prestígio que havia se perdido. Nos anos que se sucederam à revolução, a intelectualidade católica colocou como tarefa de maior importância recuperar tais prerrogativas, e, a partir do regime do Consulado, o grupo ideologicamente distante dos ideais iluministas conseguiu um espaço maior na esfera pública, se opondo aos preceitos revolucionários. Na América Portuguesa, o clero possuía suas próprias questões. Nesse período da passagem do século XVIII para o XIX, além dos pontos acima mencionados, havia também repercussão de determinadas práticas do século XVIII, como a má distribuição de cargos eclesiásticos, concentrados nos núcleos urbanos e escassos nas áreas rurais e sertões. Estes últimos ainda ficavam mais sujeitos à mundanidade e permanecerem pouco eruditos na teologia, devido à distância de seus superiores. Frequentemente se inseriam bem nas comunidades locais, entrosando-se com os costumes daqueles lugares, mas nem por isso deixavam de ser objeto de reclamações das autoridades eclesiásticas e civis. Além disso, com a expulsão dos jesuítas, grandes responsáveis pela formação do clero durante os dois primeiros séculos de colonização, seguiu-se a criação de diversos seminários em várias dioceses ao longo da colônia – criação muitas vezes negligenciada durante a primeira metade do século XVIII. O advento dos seminários também vinha na esteira de tentar suprir o desfalque dos quadros

diferente com o pensamento religioso católico, normalmente carregado de visões de mundo totalizantes. Dessa forma, a Igreja sentiu a necessidade de construir uma determinada identidade para si que mantivesse sua consolidação enquanto instituição, identidade essa que se opunha predominantemente contra o que ela denominava de *modernismo*. O modernismo, para os católicos romanos, nesse momento se configurava como uma mistura de todas as heresias, uma soma de elementos que não se enquadravam na concepção sagrada de Universo⁹.

A liturgia, que por definição é o ramo das ciências eclesiásticas que tem por objeto de estudo as origens, o desenvolvimento e as regras canônicas do culto católico,¹⁰ pelo menos desde o Concílio de Trento têm sido um importante ponto de discussão sobre as práticas da Igreja Católica. O conjunto de discursos e ações dos ritos dividiam as práticas religiosas em dois grandes grupos: aqueles considerados sagrados, e aqueles que são considerados profanos. Portanto, o conceito de sagrado é de grande valia para a discussão que procuramos trazer. Partimos das contribuições trazidas pelos estudiosos das religiões, sobretudo aquelas trazidas por Mircea Eliade e Rudolf Otto.

Otto, em seu livro *O sagrado: aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional* se vale da filosofia kantiana ao afirmar que o sagrado é um conceito a priori da mente humana, e é composto por elementos racionais e não-rationais. O autor busca trazer os elementos do que considera como o irracional na noção do divino com a justificativa de

pertencentes à Companhia de Jesus. Todos esses fatores contribuíram para a constituição de um fenômeno que pautará a vida religiosa do Brasil durante a segunda metade do século, que são as ordenações massivas de clérigos mal preparados e mal qualificados. Aqui ainda é importante destacar que a diocese de Mariana se mostrou como uma das jurisdições eclesiásticas em que mais havia frouxidão nos critérios de ordenações. Sobre esse tema, sugerimos a leitura: HAUCK, João Fagundes, et al. *História da Igreja no Brasil*. Segunda Época – Século XIX. Tomo II. Petrópolis: Vozes, 1992; OLIVEIRA, Gabriel Abílio de Lima. Romualdo Antônio de Seixas: Revolução, regalismo e romanização no mundo luso-brasileiro (1789-1820). *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, n. 36, p. 127-150; BETHENCOURT, Francisco, et al. *História da Expansão Portuguesa: O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*. Volume 3. Navarra, Espanha: Temas e Debates e Autores, 1998.

⁹ SILVEIRA, Diego Omar. *Sacerdos Magnus: Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988)*. *op. cit.* p. 33

¹⁰ Definição retirada do Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=liturgia>> . Acesso em 4 de out. 2019.

que nos textos de estudos das religiões durante o século XIX deram muita ênfase na moralidade como uma forma de fortalecer o caráter racional das religiões, diante do discurso do progresso científico. Nesse sentido, o trabalho de Otto tem o objetivo de superar a limitação da concepção racionalista e moralizante do sagrado.¹¹

O autor cria o conceito de numinoso – que em sua etimologia significa “cheio de divindade” (numine, do latim “divindade”, e sufixo oso, que significa “cheio de”) – que descreve a relação do homem com a experiência do sagrado. Essa experiência possui dois aspectos fundamentais: um temor que suscita à fuga e uma atração que suscita à auto entrega. São características que coexistem na experiência com o sagrado, o que torna impossível sua racionalização. Porém, é possível examinar racionalmente as manifestações.¹²

Já Eliade, em seu livro *O Sagrado e o Profano*, também cunha um termo para se referir a ação de manifestação do sagrado: hierofania. Para o autor, o homem toma ciência do sagrado justamente por sua manifestação, que se coloca como algo diferente do profano. Para o homem das sociedades pré-modernas (e acreditamos que a sociedade colonial pode ser englobada nessa perspectiva), viver em torno do sagrado e/ou dos seus objetos era de extrema importância, pois o sagrado equivale ao poder e à própria realidade.¹³

A partir desta concepção, a vida cotidiana do homem religioso é regida pela separação entre os aspectos sagrados e profanos – o que se aplica ao tempo e ao espaço. Vemos então que existe uma separação entre espaço sagrado e profano. O espaço sagrado delimita um centro, a partir do qual a vida corriqueira (profana) se constitui e ganha sentido. Sem o centro, o sentido se perde e a estrutura da vida se fragmenta. Já no século XVI, São Carlos Borromeu estipulava uma série de princípios a serem

¹¹ GROSS, Eduardo. Contribuição das definições do sagrado de Rudolf Otto e Mircea Eliade para o estudo da literatura. *Graphos*, João Pessoa, vol. 19, n° 1, 2017. p. 1-3

¹² GROSS, Eduardo. Contribuição das definições do sagrado de Rudolf Otto e Mircea Eliade para o estudo da literatura. *op. cit.* p. 1-3.

¹³ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 5ª Ed. pp. 17-18.

seguidos na construção das igrejas, visando o decoro do culto¹⁴. Vários desses princípios são incorporados nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que, ainda que com suas próprias contradições e embates, foi um importante documento sobre as determinações católicas na América Portuguesa e o permanece sendo até o final do século XIX. Uma das instruções dadas por Borromeu era a construção das igrejas em locais elevados, onde se possa ter acesso por meio de uma escadaria e num local ermo, na intenção de ser uma “ilha sagrada”. Vemos que diversas igrejas em Minas Gerais seguem alguns desses princípios, fortalecendo a divisão entre espaço sagrado e espaço profano. O mesmo acontece com o tempo, onde o tempo sagrado centraliza e dá sentido ao tempo profano. É essa organização que dá orientação e referência à vida do homem religioso.¹⁵

Nos parece, assim, que segundo o discurso da Santa Sé que remonta ao século XVIII¹⁶, que a ideia de sagrado se liga de maneira mais profunda à liturgia, e a de profano àquilo que se expressa fora de suas paredes, como, entre outras coisas, a religiosidade popular. Entretanto, o que vemos é que tanto o sagrado quanto o profano muitas vezes atravessam essas duas formas de expressões religiosas.

A religiosidade popular pode ser definida por oposição à religião erudita, configurando dois polos dentro do campo religioso, sendo o primeiro atrelado aos dominados e o segundo aos dominantes. Em geral, o que é considerado sagrado é definido em boa parte pelo grupo dominante, ainda que o saber popular continue, mesmo com dificuldades, sendo transmitido a despeito das investidas dos agentes da erudição.¹⁷ Apesar disso, dificilmente veremos um ritual religioso que seja pertencente a um grupo social e seja completamente isolado dos outros. Isso se deve, entre

¹⁴ FRADE, Gabriel dos Santos. Entre Renascimento e Barroco: os Fundamentos da Arquitetura Religiosa e a Contrarreforma – *O De Fabrica Ecclesiae* de Carlos Borromeu. 554f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

¹⁵ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: A essência das religiões*. *op. cit.* pp. 27-66.

¹⁶ DUARTE, Fernando Lacerda Simões. *Música e ultramontanismo: possíveis significados para as opções composicionais nas missas de Furio Franceschini*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.13.

¹⁷ AZZI, Riolando. Igreja e Estado em Minas Gerais: crítica institucional. *Síntese*, Belo Horizonte, n° 38, 1986. p. 5

outros fatores, à certa maleabilidade dessas duas definições, que estão sempre tensionadas socialmente.

O catolicismo popular chega à América Portuguesa sobretudo pela camada mais baixa de colonos, e se estabelece principalmente nas regiões rurais. Devido às relações sociais entre portugueses, indígenas e africanos, essa expressão religiosa vai sendo atravessada por elementos de outras religiões advindas desses grupos, e se torna a forma de catolicismo mais comum durante o principalmente entre os séculos XVI e XIX.¹⁸

Um dos elementos mais importantes do catolicismo popular é o santo. A relação dos fiéis com a santidade extrapola os limites do discurso da Igreja, e se torna quase uma relação pessoal. Um dos motivos dessa relação tão próxima é a forte presença de fidelidade ao passado no catolicismo popular. As devoções aos santos durante a Idade Média estavam muito ligadas às penúrias do cotidiano, ainda muito marcado pela sazonalidade da natureza. Assim, os pedidos as figuras dos santos geralmente eram relacionados a problemas de saúde, no trabalho, na colheita e na alimentação.¹⁹

As festas dos santos nas comunidades onde o catolicismo popular é forte têm um papel de restaurar as funções sociais e de devoção. Por ser um momento de coletividade, a festa une os fiéis e reforça seus laços sociais. Ainda que os cultos domésticos sejam mais frequentes durante o ano, os indivíduos religiosos necessitam desse momento coletivo que fortaleça sua fé e devoção. Para além disso, a festa do santo também dá acesso ao sagrado.

Como foi dito, o catolicismo popular vigorou no Brasil durante o período colonial e imperial, e mesmo com as mudanças advindas dos movimentos da Igreja Católica – como o ultramontanismo, que será discutido nesse trabalho – ainda era a principal crença religiosa no país durante a primeira metade do século XX.

¹⁸ TAVARES, Thiago Rodrigues. A religião vivida: expressões populares de religiosidade. *Sacrilegens: Juiz de Fora*. v. 10, n.2, 2013. p. 36.

¹⁹ TAVARES, Thiago Rodrigues, A religião vivida: expressões populares de religiosidade *op. cit.* p. 37.

Além dos tensionamentos que a Igreja Católica encontrava nas comunidades de fiéis, também existiam conflitos dentro da própria instituição. É necessário tomarmos o cuidado de não considerar a Igreja como uma entidade completamente unificada e sem dissidências. O que é determinado pela Cúria Romana nem sempre é acatado de forma igual e sem desacordos por todos os territórios sob sua atuação e influência.

Nos estudos voltados à história eclesiástica hoje existe uma atenção maior dada à pluralidade de comunidades católicas, já que muito tempo se dedicaram a estudar com mais afinco somente os grandes nomes da hierarquia da Igreja e seus feitos dentro da instituição²⁰.

No século XIX, surgem na Europa dois movimentos de reforma ligados à Igreja Católica Romana. Um tinha o objetivo de restaurá-la enquanto instituição, buscando centralizar o poder da Igreja em Roma, separando-a do Estado, e afastando os princípios iluministas difundidos entre o clero. Esse movimento foi denominado de ultramontanismo. O segundo movimento reformador foi voltado especificamente para a música sacra, designado como cecilianismo. Esse movimento foi iniciado por músicos alemães que se reuniram na Associação de Santa Cecília, e visavam banir das igrejas as músicas sacras de caráter operístico. Isso porque no século XIX a música sacra lembrava muito a ópera em sua instrumentação, execução e composição.²¹

Sob a ótica do ultramontanismo, a Cúria Romana tomou uma série de medidas visando o afastamento de seus sacerdotes dos ideais iluministas e buscando uma maior centralização do poder nas mãos do Papa. Uma dessas medidas foi a publicação de encíclicas dos papas Gregório XVI (1831-1845), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939). Outra diligência tomada foi a execução do Concílio Vaticano I entre os anos de 1869 e 1870. Nesse concílio foram proclamados diversos dogmas, e dentre eles achamos importante destacar dois: A fé católica e a infalibilidade papal.

²⁰ SILVEIRA, Diego Omar. *Sacerdos Magnus: Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988)*. *op. cit.* p. 13.

²¹ DUARTE, Fernando Lacerda Simões. *Música e ultramontanismo: possíveis significados para as opções composicionais nas missas de Furio Franceschini*. *op. cit.* pp. 11-12.

Segundo Diego Omar,

Sua realização [do concílio] reforçava os laços de continuidade com a reforma implementada no século XVI e cujos elementos estavam vivos nas palavras do magistério e renascendo nas comunidades de fiéis da orbi católica.²²

É necessário nos atentarmos à questão que somente com um maior interesse e investidas institucionais por parte da Cúria Romana em vista da reforma do clero não condiz obrigatoriamente com a ideia de que isso de fato ocorreu, ou que ocorreu da forma como o Vaticano esperava. Entretanto, considerando historicamente a posição da Igreja Católica enquanto instituição pertencente ao seu tempo, não podemos ter como base que o catolicismo mudasse radicalmente sua sustentação ideológica daquele período.²³

Nos parece, assim, que nesse período que se estende desde o fim do século XIX e a primeira metade do século XX o Vaticano busca ao mesmo tempo se opor à modernidade e construir uma identidade própria frente as mudanças que a acompanhavam.²⁴

No Brasil, o movimento ultramontano se deparou com mudanças político-sociais que interferiram na atuação da Igreja Católica, que foram sobretudo ligadas à proclamação da República o fim do padroado²⁵.

²² SILVEIRA, Diego Omar. *Sacerdos Magnus: Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988)*. *op. cit.* p. 49.

²³ Sobre o assunto, cf. MATA, Sérgio da. Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o “reformismo” católico na Minas Gerais do Segundo Reinado. In: CHAVES, C. M.; SILVEIRA, M. A. (Org.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. pp. 225-244.

²⁴ SILVEIRA, Diego Omar. *Sacerdos Magnus: Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988)*. *op. cit.* p. 50.

²⁵ É a designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos). No período colonial, as atribuições e jurisdições do padroado eram administradas e supervisionadas por duas instâncias juridicamente

No dia 7 de janeiro de 1890 o Decreto 119-A determina assim o fim do padroado e estabelece a liberdade de culto no Brasil. Essa e outras deliberações indicavam o caráter das transformações trazidas pelo novo regime, que nesse momento tinha seu discurso amparado nas bases científico-tecnológicas.²⁶

O Decreto 119-A, ao favorecer o desenvolvimento da secularização no Brasil, buscava também mediar, de um lado, as reivindicações anticlericais de positivistas e maçons, e de outro, as demandas católicas emitidas por uma elite eclesiástica com ligações estreitas com o Vaticano.²⁷ O Estado republicano que nascia propunha-se laico e buscava se firmar como Estado Moderno, o que transparece na Constituição. Porém, segundo Maurício de Aquino,

Mas o caráter de sua laicidade expressa na Constituição de 1891 não foi antirreligioso ou confessional, não se assemelhou à laicidade francesa ou à laicidade estadunidense da época. Pode-se nomeá-la grosso modo de 'laicidade pragmática' (pragmática envolve aqui as noções de utilidade e praticidade, mas também implica o conjunto de regras ou fórmulas para cerimônias da Corte e da Igreja), uma vez que o Estado brasileiro, ao garantir sua própria independência civil ante o eclesiástico, criou com o Decreto 119-A um amplo espaço relacional com as diferentes Confissões Religiosas que oportunizou

estabelecidas no Reino português: a Mesa de Consciência e Ordens e o Conselho Ultramarino. A primeira, criada pelo rei Dom João III em 1532, julgava, por mandato papal e real, os litígios e causas de clérigos e de assuntos ligados às "causas de consciência" (práticas religiosas especialmente). A segunda tratava mais dos assuntos ligados à administração civil e ao comércio. Faziam parte de ambas delegados reais, geralmente doutores em teologia nomeados pela Santa Sé. A união indissociável entre Igreja Católica e Estado português e espanhol marcou a ação colonizatória destes dois reinos em disputa pela hegemonia no comércio mundial no início dos Tempos Modernos e também as ações pastorais de atrair à fé católica os povos nativos das terras conquistadas, e ainda, a luta contra o avanço do protestantismo. O fim do regime de padroado no Brasil se deu com a Proclamação da República em 1889. RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano; TOLEDO, César de Alencar Arnaut de.

²⁶ AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 32, nº 63. 2012. p. 146.

²⁷ AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *op. cit.* p. 149.

alianças, omissões, negociações e perseguições segundo os interesses próprios do Estado, ou melhor, daqueles que o controlavam.²⁸

A reação da Igreja frente a essas mudanças pode ser considerada ambígua: ao mesmo tempo que se contentava com a liberdade trazida pelo fim do padroado, repudiava a separação entre Estado e Igreja que tirava parte do prestígio institucional do catolicismo. Essa relação de ambiguidade permeia as relações da Igreja com o Estado durante os primeiros anos da república. Ao mesmo tempo em que o episcopado criticava a legitimidade do Estado laico, procurava fortalecer o novo regime, na busca de reaver uma parte do seu poder perdido dentro dos aparelhos estatais.²⁹

Uma importante estratégia³⁰ utilizada pela Igreja nesse período é a construção de novas dioceses, que atendia as demandas do ultramontanismo da Santa Sé ao apontar para uma ampliação territorial e institucional da mesma frente a perda de poder imposta pela laicização. A diocesanização foi tomada tanto pela Cúria Romana quanto pelo episcopado brasileiro como ponto substancial da renovação da relação da Igreja com a sociedade.³¹

A criação das dioceses e seu reconhecimento pelas autoridades civis nos primeiros anos do regime republicano permitiu o estabelecimento de novos espaços de referência sociopolítica eclesial em contraposição aos espaços laicos. A diocesanização também expressava a ligação ambígua da Igreja com a modernidade, onde muitas vezes absorvia

²⁸ AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *op. cit.* pp. 150-152.

²⁹ AZZI, Riolando. Igreja e Estado em Minas Gerais: crítica institucional. *op. cit.* p. 38.

³⁰ Conceito utilizado a partir de Michel de Certeau, que implica a noção de território (lugar físico) como parte integrante dos lugares de poder e dos lugares teóricos. AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *op. cit.* p. 168.

³¹ AQUINO, Maurício de. AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *op. cit.* pp. 162-163.

determinados desenvolvimentos científico-tecnológicos, mas combatia seus impactos morais e religiosos.³²

Outra face do mesmo movimento reformador da Igreja nesse período “paroquialização”, que anda em consonância com as criações de dioceses. A paróquia, instituição centenária do catolicismo, sofre nesse intervalo mudanças profundas nas suas funções religiosas e sociais, sobretudo se comparada a épocas anteriores. Na passagem do final do século XIX para início do XX, a paróquia também assume a tarefa de institucionalizar a vida eclesial e as organizações de religiosidade popular. A freguesia vai se tornando, então, o braço hierárquico da Igreja nas comunidades, sobretudo as rurais, que durante séculos elaboraram sua religiosidade criativamente à margem dos dogmas das instituições eclesiais.³³

Segundo Castillo, neste período os objetivos da Igreja eram:

Tentar conciliar a liberdade e a autonomia da Igreja nos assuntos internos, e a colaboração com o Estado na manutenção da ordem social. Intensificam os esforços em reformar e reforçar a instituição eclesial, especialmente com a ajuda do clero estrangeiro e do clero nativo reformado.³⁴

³² AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *op. cit.* 157-158.

³³ DEL CASTILLO, José Manuel Sanz. O movimento da Reforma e a “paroquialização” do espaço eclesial do século XIX ao XX. In: TORRES-LONDOÑO, Fernando (Org.). *Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus Editora, 1997. pp. 91-922.

³⁴ DEL CASTILLO, José Manuel Sanz. O movimento da Reforma e a “paroquialização” do espaço eclesial do século XIX ao XX. *op. cit.* pp. 97-98

1.2. A Igreja de Minas Gerais na Primeira República

Em Minas Gerais, por ter grande importância no cenário religioso brasileiro, havia sempre repercussão das questões que envolviam tanto a relação Estado/Igreja quanto as questões próprias do catolicismo enquanto instituição. Vemos que desde o século XVIII a hierarquia católica já tinha embates com a expansão dos ideais iluministas entre o clero. As diretrizes ultramontanas voltadas para a moralização do clero começaram a ser colocadas em prática no governo episcopal de D. Viçoso (1844-1875), postura seguida pelos bispos e arcebispos sucessores na Diocese e posterior Arquidiocese de Mariana. Os bispos eram responsáveis por adaptar as práticas do clero e dos fiéis sob a ótica da Igreja hierarquizada e fiel ao Papa.

Segundo Francisco Eduardo de Andrade

Essas questões de primazia histórica [de Mariana], que nos parecem insignificantes, revelam as concepções dos agentes políticos e de intelectuais mineiros, nas primeiras décadas do século XX, que faziam da Vila do Carmo/cidade de Mariana, ou do seu enquadramento municipal, um *locus* político e religioso modelar, a ser reproduzido em outros lugares ou vilas instituídas no processo de formação da capitania/província de Minas Gerais.³⁵

Diogo de Vasconcelos, em sua obra de referência *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*, nos traz a rica trajetória da história da instituição através dos governos episcopais de seus líderes. Segundo o autor, Dom Benevides, último bispo antes da elevação da Sé Marianense a Arquidiocese, governou entre 1877 e 1896. Nesse período, buscou continuar o trabalho de restauração do clero, investindo em sua formação

³⁵ ANDRADE, Francisco Eduardo de; ANDRADE, Mariza Guerra de. (Coord.). VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 11

e erudição³⁶. Durante os próximos governos episcopais – a saber: de Dom Silvério Gomes Pimenta entre 1896 e 1922, e Dom Helvécio Gomes de Oliveira entre 1922 e 1960 – ainda que considerando as vicissitudes de cada regência, os arcebispos também procuraram em seus mandatos seguirem os preceitos de uma Igreja voltada ao movimento de romanização. Devido ao papel de destaque que a Arquidiocese ocupava na hierarquia católica no início do século XX, podemos imaginar que essas medidas tomadas em sua administração tenham causado impacto no comando de outras dioceses pelo Brasil.

Segundo Mabel Pereira Salgado

No plano religioso, a diocese de Mariana, primeira diocese mineira e, portanto, de maior tradição no Estado, era reconhecida no contexto nacional como centro difusor da Reforma Católica Ultramontana, obra de Dom Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875). O movimento foi seguido por seus sucessores, Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides (1876-1896) e Dom Silvério Gomes Pimenta (1896-1922).³⁷

É nesse contexto de difusão que ocorre o Primeiro Sínodo³⁸ da Diocese de Mariana. Realizado em julho de 1903, pelo então bispo auxiliar Dom Silvério Pimenta, o sínodo estabeleceu o primeiro código jurídico e eclesiástico para a região do episcopado, e seguindo as orientações do Concílio Plenário da América Latina, também na esteira do ultramontanismo. O sínodo produziu um documento eclesiástico que dava diretrizes para os sacerdotes e fiéis sobre os mais diversos aspectos da vida religiosa (por meio de decretos), como os funerais, as cerimônias, a

³⁶ ANDRADE, Francisco Eduardo de; ANDRADE, Mariza Guerra de. (Coord.). VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana op. cit.* p. 141.

³⁷ PEREIRA, Mabel Salgado. *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocristandade (1888-1952)*. 2010. 349f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. p. 181

³⁸ Reunião consultiva, convocada e presidida pelo bispo da diocese, que reúne sacerdotes e outros fiéis da comunidade, para ajudá-lo em suas funções diocesanas. Definição do Dicionário Michaelis. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/s%C3%ADnodo/>>. Acesso em 08 de out. 2019.

relação da Diocese com as autoridades civis, entre outros. Uma das partes mais importantes do documento e que nos interessa é a regulamentação das cerimônias. O texto estabelece que

221

Para que a celebração do Santo Sacrifício e a administração dos Sacramentos se façam de modo edificante, é necessário que se observem fielmente as cerimônias prescritas pela Igreja.

222

O meio de cumprir as cerimônias é conhecê-las (sic). Por isso recomendamos aos reverendos Párocos que, ao menos uma vez por ano, leiam as rubricas do Missal e do Ritual e as que vêm no princípio do Breviário.

223

Para que haja uniformidade nos atos religiosos, que não estão sujeitos às rubricas gerais, observe-se nesta diocese o pequeno cerimonial, que se publica no apêndice.

[...]

225

Ficam proibidas quaisquer festividades que, sob o pretexto de devoção, se celebrem com orgias ou danças, v. g. os congados, charolas, etc., como também proibimos o abuso de senhoras conduzirem andores em procissões ou terços.³⁹

Vemos então uma preocupação nítida da direção da Diocese em estabelecer normas mais rígidas no controle das celebrações religiosas, com o objetivo de que ficassem dentro dos critérios que a Igreja vinha adotando, além de serem feitas de maneira mais uniforme possível. E, como vimos, uma das maneiras de fazê-lo é se afastando das manifestações populares, como os congados e andores.

³⁹ Primeiro Sínodo da Diocese de Mariana, celebrado pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Dom Silvério Gomes Pimenta. Julho de 1903. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 8, gaveta 3. P.66.

Essas medidas reforçam a ideia de um controle maior da Igreja sobre as expressões de fé, com o objetivo de manter a religiosidade oficial cada vez mais atrelada às suas determinações. Com isso, as intervenções religiosas organizadas por leigos se afastavam do contexto clerical proposto pela Santa Sé e aplicado em larga escala no Brasil. Começa a haver um deslocamento da dinâmica da espiritualidade e da política da Igreja, agora voltadas para o sacerdote como figura central da sacralidade. As festas e a administração do calendário das dioceses e paróquias ficam a cargo da autoridade clerical. Além disso, ocorre um processo de marginalização de uma série de comportamentos e práticas culturais ligados à religiosidade popular e que anteriormente eram socialmente admitidos, mas que a partir desse período começam a ser condenados.⁴⁰

Citando Castillo

Durante as primeiras décadas da República, os processos da romanização da Igreja brasileira iniciados na segunda metade do século XIX se intensificam, livres das ataduras do padroado. A hierarquia tem agora mais urgência e possibilidades de intensificar a formação do clero nos padrões tridentinos, de pedir e contar com mais ajuda do clero estrangeiro. Pode preencher as paróquias vazias ou semi-abandonadas, aumentar seu número, como objetivo de reformar a religiosidade popular. [...] Os objetivos da Reforma têm, como já relatamos, duas vertentes; uma em relação ao Estado e às forças hegemônicas tentando estabelecer uma nova coexistência política e social, e outra que visa a romanizar as organizações eclesiais como meio de reforçá-las institucionalmente, em vista a realizar a missão de adequar a religiosidade popular e as organizações religiosas leigas à ortodoxia do catolicismo oficial e integrá-las nas suas estruturas.⁴¹

⁴⁰ GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A cultura clerical e a folia popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 17, n. 34. 1997. pp.3-5.
DEL CASTILLO, José Manuel Sanz. O movimento da Reforma e a “paroquialização” do espaço eclesial do século XIX ao XX. *op. cit.* pp. 99-103.

Pensamos que um dos motivos dessa condenação se liga ao fato de que as manifestações religiosas que ocorrem em espaços fora dos templos dão a esses espaços um significado próprio. As ruas e praças recebem uma nova interpretação, podendo absorver valores de sacralidade, como é o caso das procissões e as peregrinações. Durante esses eventos ocorre a materialização de um estado limítrofe, onde os mundos profano e religioso se comunicam.⁴²

A repressão e o controle do corpo também já eram um tema caro à religião católica a muitos séculos. Nesse período de reforma, observamos uma maior atenção dada aos aspectos culturais e sociais que envolvem esse tema. Um caso importante é a chamada “excomunhão” do maxixe, gênero musical brasileiro que fez sucesso no final do século XIX. Gênero que tem suas origens na mistura da polca – música europeia que foi transplantada para o Brasil – e o lundu – herança do universo musical dos africanos escravizados trazidos para a América Portuguesa – o maxixe era marcado pela troca musical desses dois gêneros, além de forte expressão corporal.⁴³

Com a popularização do gênero, e sobretudo da dança que o acompanhava, começa então um movimento eclesiástico de condenação do mesmo, sendo considerado imoral. Foi se solidificando a crença de que a dança foi excomungada, afirmação que passou a ser aceita, ainda que formalmente não se tenha documentação que o comprove. Havia, sim, recomendações dos párocos e bispos em suas respectivas paróquias e dioceses sobre se resguardar aos bons costumes, de forma a condenar a prática de tal dança. Porém, não obstante a ofensiva moral levantada pela Igreja, sabe-se que o gênero continuava a ser tocado em alguns salões de dança, sobretudo no Rio de Janeiro.⁴⁴

⁴² OLIVEIRA, Elza. Procissões – De estratégia de territorialidade à expressão de religiosidade popular. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v.9, n. 2. 2012. p. 27.

⁴³ LIMA, Edilson Vicente de. A dança venturosa: o maxixe como expressividade diaspórica entre a Monarquia e a República brasileira. *Artefilosofia*, Ouro Preto. n. 21, 2016. p. 105.

⁴⁴ EFEGÊ, Jota. *Maxixe: A dança excomungada*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1974. pp. 167-169.

Além desse capítulo, a seção do texto que fala sobre a relação dos sacerdotes com as autoridades civis também nos apresenta importantes perspectivas:

329

Procura-se ordinariamente envolver o sacerdote na política local para servir de escabelo a um dos partidos, sempre desdouro e menoscabo da classe sacerdotal e grande prejuízo do ministério eclesiástico, que é todo de paz e concórdia.

330

Convençam-se os reverendos Sacerdotes de que os que pretendem arrastá-los para as lutas da política local, como existe atualmente, entre nós, não estimam o clero, pois rebaixam a excelsa dignidade dos seus membros a condição de pedintes de votos e procuradores de ambiciosos intentos.

331

Proibimos a todos os nossos padres, cônegos e dignidades eclesiásticas aceitarem o cargo de agente executivo⁴⁵, de vereador ou qualquer outro cargo público, mesmo eclesiástico sem expressa licença nossa.

332

Deem seu voto a quem julgarem que o merece, mas não trabalhem ativamente em favor de nenhum grupo de feição política e local.⁴⁶

Nesse trecho observamos uma orientação direta de afastamento do poder eclesiástico do poder local, mas que na prática por vezes acabava se voltando para uma relação próxima das autoridades civis e religiosas.⁴⁷

⁴⁵ Sobre o tema, cf. NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2002.

⁴⁶ Primeiro Sínodo da Diocese de Mariana, celebrado pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Dom Silvério Gomes Pimenta. Julho de 1903. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 8, gaveta 3. P.84.

⁴⁷ "Naturalmente a política não era feita nos púlpitos, mas na "sombra", através de contatos pessoais, telegramas e mensagens." PEREIRA, Mabel Salgado. *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocrisandade (1888-1952)*. op. cit. p. 196.

Aqui é interessante notarmos que a orientação se ligava de fato à política local. O Agente Executivo é próprio da Primeira República, cargo que variava de nome a depender do estado. No caso de Minas Gerais, o Agente Executivo era o Presidente da Câmara de vereadores.

Porém, apesar de orientar os sacerdotes ao afastamento da política local, advertem: sejam súditos dos poderes civis *non solum propter iram, sed etiam propter conscientiam* (Romanos 13:5). Ou seja, a diocese ordena que os católicos obedeçam a autoridade civil, contanto que não se oponha a voz da consciência.⁴⁸

Algumas destas questões envolvendo o discurso religioso aparecem em outros documentos eclesiásticos. Um deles é o Livro de Tombo das Paróquias. Documentação de origem portuguesa, os Livros de Tombo se tornaram obrigatórios em todas as freguesias nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia⁴⁹. As Constituições não dão orientações muito precisas sobre como as notícias devem ser registradas, mas que o pároco é incumbido dessa tarefa de registro, não somente das notícias, mas também de inventariar os bens materiais da paróquia.

Dada a influência das Constituições para as orientações em outras dioceses, não é improvável que essa obrigatoriedade tenha se dado em diversas capitanias. O Livro de Tombo deveria registrar os principais acontecimentos da paróquia, como os eventos religiosos, batismos, casamentos, óbitos, troca dos sacerdotes, estado sanitário e de doenças, e mudanças consideradas relevantes ocorridas na paróquia de maneira geral. Por, normalmente, ser registrado pelo pároco, o documento permite uma aproximação com as relações e conflitos cotidianos das comunidades através do discurso do clérigo, que pode fortalecer ou enfraquecer as determinações diocesanas.

Faz-se necessário ponderar que a matriz de uma paróquia e as capelas que, ao menos em tese, são subordinadas a ela têm a herança

⁴⁸ Primeiro Sínodo da Diocese de Mariana, celebrado pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Dom Silvério Gomes Pimenta. Julho de 1903. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 8, gaveta 3. pp. 83-84.

⁴⁹ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Título XXV: Que haja inventário da prata, móveis, e coisas das Igrejas, e também Livro do Tombo das notícias mais essenciais a elas pertencentes.

colonial de atender às motivações da vida de seus habitantes. Suas funções seculares e religiosas constituíam as capelas como molde da sociabilidade das suas respectivas comunidades, e sua manutenção por famílias e irmandades habilitava posições políticas e sociais destes membros.⁵⁰ Ao consideramos esses aspectos, que ainda que transformados pela ação do tempo até o nosso período de análise, verificamos que as paróquias constituíram importantes pontos de apoio da administração religiosa.

Ao longo do tempo vários documentos internos da Igreja apresentam essa discussão. O Código de Direito Canônico de 1917, documento importantíssimo que rege a organização da Igreja, reforça a atenção que os sacerdotes devem ter com o registro do cotidiano das paróquias e dioceses onde atuam. O Cânone 470 dispõe que

§1 Que o pároco tenha livros paroquiais, nomeadamente o livro dos batizados, o dos crismados, o dos casamentos e o dos defuntos. Que ele também tente manter, tanto quanto possível, um livro que descreva o estado das almas. Que ele escreva todos esses livros de acordo com o método consagrado pelo uso da Igreja ou prescrito pelo Ordinário e que os preserve cuidadosamente.

§ 2 É necessário também anotar, no livro de batismos, se o batizado recebeu crisma, se contraiu casamento (salvo no caso do Can. 1107) ou se recebeu subdiaconato ou fez profissão religiosa solene; essas anotações devem sempre ser adicionadas aos documentos que atestam que o batismo foi administrado.

§3 No final de cada ano, o pároco deve enviar à cúria episcopal um exemplar autêntico dos livros paroquiais, com exceção do livro do estado das almas.

⁵⁰ ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia Historia*: Belo Horizonte, vol. 23, nº 37. 2007.

§4 Que o pároco use um selo paroquial e que tenha um armário ou depósito de arquivo, onde os livros paroquiais são guardados ao mesmo tempo que as cartas episcopais e outros documentos cuja preservação seja necessária ou útil. Todos esses documentos e documentos serão examinados pelo Ordinário ou seu delegado, durante a visita pastoral ou em outra ocasião; o pároco cuidará para que não caiam nas mãos de estranhos.⁵¹

Na Paróquia de Furquim, o os livros de tomo estão sob a guarda do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, e abarcam os séculos XVIII, XIX e XX. O primeiro Livro de Tombo que tivemos acesso, que data de 1884 a 1901, curiosamente parece ter sido escrito por um professor, chamado Antônio Marcos. Esse mesmo professor, ao que tudo indica, foi o fundador da Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição.

O III Livro de Tombo trata dos acontecimentos entre os anos de 1948 e 1960. Uma das passagens do livro ilustra a discussão que vem sendo feita sobre a adequação da vida dos fiéis da comunidade aos preceitos hierárquicos da Igreja:

Consumação de uma iniquidade

Com imensa dor, devo mencionar aqui um fato lamentável. Em Fevereiro de 1952, foi inaugurado nesta sede paroquial, um clube de danças, financiado por elementos desta vila bissecular, onde sempre se procurou afastar das famílias, divertimentos perigosos e prejudiciais.

A ameaça de 1946, se consumou em 1952.

Foi intenso o trabalho destes mesmos elementos para/ anular nossos esforços, em prol de um setor Recreativo de orientação paroquial. Foram enormes os

⁵¹ CATHO. Site do Catho (publicações católicas). Disponível em: < <http://www.catho.org/9.php?d=fn> >. Acesso em 20 de nov. de 2020. Tradução nossa.

nossos esforços para evitar este mal organizado. Tudo em vão.

Lutei, rezei, procurei mostrar, com sólida argumentação, junto dos responsáveis, a infelicidade daquela ideia satânica. Nada consegui. Consumou-se a iniquidade.

O clube foi inaugurado como tal, estando eu, enfermo na Santa Casa de O. [Ouro] Preto, mais como consequência de grandes sofrimentos morais, incompreensões e vítima de uma campanha injusta que moveram contra meu paróquiato, aqueles que sempre julgaram meus atos de pároco, como se julgam os atos de um político Deus, que penetra o mais íntimo dos corações, bem sabe, que apenas busquei/ em todos os meus atos, a maior glória de Deus e o bem das almas da paróquia de meu nascimento.⁵²

Vemos nesse trecho que ainda em 1952 há uma continuidade no discurso de afastar a comunidade católica de práticas não cristãs e de controle das atividades dos fiéis dentro e fora das igrejas. Se existe uma discussão sobre quais músicas se encaixam no escopo daquelas permitidas pela Igreja, as danças são consideradas práticas muito ligadas a profanidade.

É importante frisar que nesse período a música funcional usada nos serviços religiosos da Igreja sempre foi tratada como música sacra ou litúrgica na legislação da mesma, sendo usadas como sinônimos. A expressão do uso sacro está ligada novamente à identidade da Igreja, e o que estivesse fora dela seria considerado profano.⁵³

A música sacra ou litúrgica era aceita pela Igreja durante seus serviços por estar de acordo com as orientações descritas no *motu proprio* do papa Pio X, documento que pode ser considerado uma resposta oficial

⁵² Livro de Tombo III de Furquim. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Armário 8, gaveta 3. pp. 14-15.

⁵³ DUARTE, Fernando Lacerda Simões. *Música e ultramontanismo: possíveis significados para as opções composicionais nas missas de Furio Franceschini*. *op. cit.* pp. 15-16.

ao movimento de restauração musical⁵⁴. Dessa forma, criou-se uma oposição entre o repertório “verdadeiramente” litúrgico e outro de inspiração religiosa, mas que não era adequado para a Igreja. Além disso, esse conjunto de músicas consideradas adequadas deveria se amoldar aos princípios gerais do documento, tais como a universalidade (a música deveria reforçar a ideia de uma só crença), que trazia a noção de coesão defendida pelo ultramontanismo; e também como unidade e beleza (a composição deveria ser coesa e unificada, sem partes que poderiam ser suprimidas sem que sua falta fosse sentida).

Entretanto, se havia uma série de restrições e regras a seguir, também havia uma abertura ao chamado canto religioso, qualquer música vocal que tivesse um texto de fácil compreensão e apresentasse a doutrina da fé católica. Sob três condições – a saber: se fosse cantado em latim ou vulgar, acompanhado de banda e de uso nas procissões – o canto religioso poderia ser cantado em funções litúrgicas não formais e em exercícios de piedade. Ainda assim, havia a recomendação de que canto religioso se aproximasse do cantochão, declarada a música oficial da Igreja.

A adaptação das expressões religiosas ficaria sob responsabilidade das autoridades eclesiásticas locais, e o que se percebe é uma abertura gradual ao longo da primeira metade do século XX, sobretudo ao que diz respeito ao canto religioso popular.⁵⁵

⁵⁴DUARTE, Fernando Lacerda Simões. *Música e ultramontanismo: possíveis significados para as opções composicionais nas missas de Furio Franceschini*. *op. cit.* p. 17. O *motu proprio* significa em português algo como “de sua iniciativa própria”. É uma norma da Igreja expedida pelo próprio papa e por sua iniciativa, e trata de questões internas da Igreja. No caso da norma em questão, o papa dava prescrições sobre a integridade da música sacra e sua estreita união com a liturgia, tais como: a manutenção da função litúrgica da música, o caráter espiritual do canto, a distinção perante a música profana, a fidelidade aos textos litúrgicos, entre outras determinações. MATOS, Valéria. *A Música Sacra religiosa: fatores antecedentes no Brasil ao Motu Proprio Tra Le Sollicitudini*. *Anais do III SIMPOM 2014 - Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014. pp.1-2.

⁵⁵ DUARTE, Fernando Lacerda Simões. *Música e ultramontanismo: possíveis significados para as opções composicionais nas missas de Furio Franceschini*. *op. cit.* pp. 104-109.

A colonização do atual município de Mariana se iniciou entre os anos finais do século XVII e início do século XVIII tendo como seu baluarte a mineração. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão do Carmo foi instituída entre 1700 e 1703, e em 1711 é instituída a Vila de Nossa Senhora do Carmo, sob a justificativa perante à Coroa de possuir uma população numerosa. Em 1745, a Vila de Ribeirão do Carmo é designada como cidade de Mariana, após a criação do bispado do qual se tornou sede.⁵⁶

Em meados do século XVIII a exploração aurífera já se encontrava a pleno vapor tanto em Vila Rica quanto em Mariana, e diversas freguesias nos seus respectivos termos se desenvolveram em torno de atividades mineradoras ou agrícolas. Nesse período Vila Rica se consolida como um importante centro de poder profano e Mariana como centro de poder sagrado.⁵⁷

A historiografia⁵⁸ nos mostra que, após o declínio da mineração nas últimas décadas do século XVIII, não se pode falar de decadência econômica tanto no âmbito local no termo de Mariana quanto em Minas Gerais enquanto capitania e posteriormente província. No início do oitocentos o que ocorre é um “reordenamento econômico-social, no qual se assiste à mineração perder a primazia para as atividades agropecuárias”.

A economia marianense se dinamiza na primeira metade do século XIX a partir da produção agrícola de subsistência, forjada no interior da própria mineração no século que o antecede. Assiste-se, então, a uma

⁵⁶ PIRES, Maria do Carmo. O Termo de Vila De Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. (Org.) *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012. pp. 26-48.

⁵⁷ COSTA, Manuela Areias. A Primeira República na “cidade dos bispos” (Mariana-MG, 1889-1930). *Outros Tempos: São Luiz do Maranhão*, vol. 9, n. 13, 2012

⁵⁸ Cf. GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, n.2, jun.1986. ALMEIDA, Carla Maria. Minas Gerais de 1750- 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *LPH- Revista de História*, Mariana: UFOP, n.5, 1995. ANDRADE, Francisco Eduardo. Roceiros e fazendeiros: hierarquia na agricultura de Mariana da primeira metade do século XIX. In. *LPH- Revista de História*, Mariana: UFOP, n.7, 1997. LENHARO, Alcir. As tropas da moderação. *O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo. Ed. Símbolo.1979.

coexistência das atividades agrícolas - já como ocupação predominante -, uma mineração persistente e desenvolvimento da indústria.⁵⁹

De acordo com Douglas Libby:

A nosso ver, embora o declínio da economia mineradora tenha provocado uma retração desse tipo [atividades voltadas para autoconsumo], seria preferível pensá-la como uma acomodação evolutiva, cuja peculiaridade reside nas dificuldades encontradas pela província em desenvolver uma produção exportável em substituição ao metal e às pedras preciosas. Dessa forma, a diversificação da economia mineira e a importância do setor da agricultura de subsistência mercantilizada ou não, bem como o desenvolvimento de uma indústria, constituem não uma mera resposta à independência econômica do campesinato, como quer Martins. Antes significa uma reação secular específica de Minas à crise que lhe tirou a razão de ser original.⁶⁰

A especificidade das características naturais do Brasil condicionou as atividades agrícolas que se desenvolveram na região. O curso da agricultura brasileira sempre esteve estritamente ligado ao mundo natural, desde as espécies de plantas cultivadas até a tecnologia agrária que foi utilizada.

Acerca da diversidade natural aqui presente, tanto o Rio Doce quanto seus afluentes corriam pelas maiores matas virgens que haviam na capitania/província, além da sua importância no transporte de mercadorias e comunicação. Até o início do século XX, continuavam sendo uma das mais importantes reservas nativas de Minas Gerais.⁶¹

⁵⁹ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Editora UFV, 2008. p. 11-19

⁶⁰ LIBBY, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais século XIX. São Paulo. Brasiliense: 1988 apud ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Editora UFV, 2008. p. 18

⁶¹ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. *op. cit.* pp. 30-41

Os recenseamentos dos anos de 1920⁶², 1940⁶³ e 1950⁶⁴ nos apontam algumas características demográficas da região:

Tabela 1: Dados demográficos de Mariana entre 1920 e 1950

Ano do censo	Moradores do município	Moradores na sede	Porcentagem de moradores na sede
1920	40.563	5.851	14,42%
1940	31.020	----	----
1950	32.524	4.384	13,47%

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/IBGE.

Vemos nos dados que no período que estende de 1920 a 1950 a população de Mariana teve uma leve queda, o que pode ter ligação com a passagem da capital do estado de Minas Gerais para Belo Horizonte em 1897. Além disso, observamos que o número de habitantes na sede é relativamente reduzido, não ultrapassando 15% dos moradores do município. Essas informações nos mostram que um número significativo de pessoas não morava na sede, e, considerando-se que nos distritos apenas uma pequena parte de seu território era urbanizado, podemos inferir que a

⁶² MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1926.

⁶³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamento Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Aqui é importante ressaltarmos que esse é o primeiro censo realizado pelo IBGE, que foi criado em 1936. O censo de 1930 não aconteceu devido a disputas políticas da época (o mesmo se deu com o censo de 1910). Sobre o assunto, conferir INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Metodologia do censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=284173&view=detalhes>> Acesso em 22 de outubro de 2020.

⁶⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. vol. 26.

agricultura, pecuária e silvicultura ainda eram a principal atividade econômica da cidade.⁶⁵

Dentro dos diversos distritos inseridos no termo de Mariana, não podemos afirmar que as atividades relacionadas à agricultura e à mineração se desenvolveram da mesma maneira, porém, nos distritos de Furquim e São Caetano, vemos que a economia com forte ligação à produção de abastecimento da região se mantém até o nosso período de análise, no final do século XIX e primeira metade do século XX.

O início do período do Republicano trouxe consigo muitas mudanças na ordem social, política e cultural, sobretudo ligadas a ideia de modernização dos cenários urbanos. Assim, várias urbes procuraram então a atrelar o moderno ao nacional.

Mariana, assim como diversas cidades de Minas Gerais, buscava se encaixar na transição entre o antigo e o moderno. Entretanto, observa-se que a trajetória própria da cidade, repleta de incongruências, afetou tal busca. Apesar dos diversos esforços, tanto Mariana quanto Ouro Preto e outras cidades históricas não acomodaram totalmente o ideário moderno, mantendo-se no limiar entre o estilo de vida ligado ao passado colonial e a modernização republicana.⁶⁶

⁶⁵ A Enciclopédia dos Municípios nos mostra que 26% da atividade econômica da cidade era ligada à agricultura, silvicultura e pecuária, e em segundo lugar a indústria extrativa, com apenas 6%.

⁶⁶ COSTA, Manuela Areias. A Primeira República na “cidade dos bispos” (Mariana-MG, 1889-1930). *op. cit.* pp. 218-219.

2.2. O arraial de Antônio Furquim da Luz

O território onde se encontra hoje o distrito de Furquim é tão antigo quanto o atual distrito sede. Também teve o início de seu povoamento ligado à exploração aurífera no início do século XVIII, e tem seu nome atribuído a Antônio Furquim da Luz, bandeirante que se instalou no arraial. O período inicial que compreendeu a formação do arraial apresentou dificuldades para ele e os bandeirantes que aqui se alojavam: além da escassez de recursos e raras autoridades locais, ainda havia uma constante ameaça dos povos indígenas da região.⁶⁷

Não obstante as dificuldades, em 1706 Furquim recebe o título de freguesia e

e tornada colativa em 1724. Tinha matriz dedicada ao Senhor Bom Jesus do Monte, “muito bem paramentada com obras de talha douradas”. Filiavam-se à matriz de Furquim, no início da terceira década do século XIX, as igrejas de São Sebastião de Ponte Nova (desmembrada em 1832) São Gonçalo no arraial de São Gonçalo de Ubá (curada), a de Nossa Senhora da Conceição no arraial do Gualaxo do Norte, a de Nossa Senhora da Conceição do Ubá e o curato de São Miguel e Almas (desmembrado de Furquim em 1832, juntamente com a capela de São Sebastião, que tornou-se filial da nova paróquia.)⁶⁸

Durante a primeira metade do século XVIII, Furquim se torna um território de grande importância econômica para a região. No período que compreende a queda da atividade extrativista e que vai até o século XIX, o distrito começa a apresentar traços fortes de ruralização. Tanto o distrito sede quanto os arraiais mostram atributos muito semelhantes aos espaços rurais: “suas principais funções eram as de sediar algumas trocas

⁶⁷ VASCONCELOS, Diogo de Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1904. p. 168
⁶⁸ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. *op. cit.* pp. 44-45.

comerciais e os eventos religiosos, sem existência de um aparato administrativo completo”.⁶⁹

No início do século XIX, o distrito de Furquim tinha uma extensão considerável, tendo número significativo de povoados e capelas subordinadas à matriz da paróquia, além de possuir uma grande área de matas. O espaço rural foi marcado pelo pela predominância econômica de grandes fazendeiros escravistas e comercializadores de alimentos. Este grupo se diferenciava socialmente dos pequenos artesãos, já que contava com estabilidade nos negócios, prestígio social e domínio político.

Segundo Leandro Andrade

O forte apego à escravidão pela agropecuária mineira se fez acompanhar do robusto crescimento da população livre. Dessa forma, uma importante camada de livres pobres, não proprietário de escravos, e de pequenos proprietários se formou nas várias regiões da capitania/província. [...] A população das áreas rurais do termo de Mariana era majoritariamente negra e mestiça, diferentemente dos povoados do Sul e Sudoeste de Minas. Este dado é importante, pois, revela que o campesinato da região central de Minas foi formado, principalmente, por ex-escravos e seus descendentes das antigas zonas de mineração que migraram para as áreas florestais, onde se desenvolvia a agricultura.

São esses grupos sociais que majoritariamente compõem o mundo rural marianense, conformando este pela concentração de escravos e terras, além da desigualdade de poder e riqueza. Muitas dessas características se perpetuam até o Período Republicano.

Com o fim da escravidão e a consolidação do trabalho livre, houve certa estabilidade nas configurações socioeconômicas do distrito, como já dito, ainda muito ligado às atividades agropastoris. Porém, como é comum,

⁶⁹ ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 53.*

essa estabilidade convivia com elementos de dinamicidade, como é o caso da construção da estação ferroviária em 1926. A criação da ferrovia no distrito demonstra que não só a sede do município procurava se modernizar, mas também as áreas periféricas.⁷⁰

Levantamos também aqui alguns dados demográficos sobre a primeira metade do século XX:

Tabela 2: Dados do município de Mariana e Furquim

Ano do censo	Moradores do município	Moradores em Furquim	Porcentagem de moradores em Furquim
1920	40.563	6.051	14,91%
1940	31.020	----	----
1950	32.524	836	2,5%

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/IBGE.

Ao observarmos a tabela, acreditamos ser importante ressaltar o número de moradores do distrito entre os anos de 1920 e 1950. Os dados nos mostram uma mudança significativa durante esse período, onde houve uma baixa na população. Essa diminuição nos parece também ter relação com a mudança da capital para Belo Horizonte, o que levou a um pequeno esvaziamento da região de Mariana e Ouro Preto. Além disso, a partir da década de 1930 ocorre um salto no processo de industrialização da região, bem como o início do momento de declínio da ferrovia como principal meio de transporte de mercadorias do estado.⁷¹

⁷⁰ A ferrovia de Furquim chega 12 anos depois da construção da estação na sede, que ocorreu em 1914, durante a expansão da malha ferroviária de Minas Gerais.

⁷¹ CARMO, Mônica Elisque do. *Trilhos e Memória: Preservação do Patrimônio Ferroviário em Minas Gerais*. 178f. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. p. 36.

2.3. O distrito de São Caetano

Assim como Furquim, o arraial de São Caetano tem seus primórdios datando do início do século XVIII. Segundo Maria do Carmo Pires

O "populoso e opulento" arraial de São Caetano, situado à margem esquerda do Ribeirão do Carmo, foi fundado pelo Coronel Salvador Fernandes e seu filho Antônio Fernandes Cardoso que, a princípio, resistiram ao período de escassez na região do Carmo graças à prosperidade de suas lavras, mas acabaram tendo que seguir para uma região conhecida como Morro Grande, onde encontraram ricos focos de ouro.⁷²

Sua primeira capela, que tem o nome do santo padroeiro do arraial, foi erigida por volta de 1703, pelo bandeirante Caetano Pinto de Castro. Décadas depois, a capela se tornou igreja matriz da paróquia de São Caetano, em 1745.⁷³

Não destoando da ocupação dos territórios limítrofes, a freguesia de São Caetano também foi constituída a partir da exploração aurífera, que, assim como nos outros locais, teve seu declínio como principal atividade econômica em meados do século XVIII.

Na primeira metade do século XIX, as listas de habitantes mostram que, dentre os moradores que declaram ocupação, as principais atividades econômicas pertenciam ao universo da agricultura e pecuária. A freguesia de São Caetano, assim como a de Furquim, tinha nesse período uma extensão considerável, e algumas áreas mais afastadas da sede da paróquia tinham sido pouco exploradas pela mineração, permitindo que se

⁷² PIRES, Maria do Carmo. O Termo de Vila De Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. (Org.) *op cit.* pp. 31.

⁷³ VASCONCELOS, Diogo de Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais. op. cit.* p. 122

formassem roças com produtividade razoável e estabelecimento de unidades agrícolas mais dinâmicas.⁷⁴

Dentro do universo agrário de São Caetano, encontramos grupos sociais de características semelhantes a outras freguesias do termo. Podemos dizer que, assim como em Furquim, “a propriedade de escravos, bem como o tamanho dos plantéis, que determina os contornos socioeconômicos básicos que distinguem os grupos agrários, nas diversas comunidades em tela”.

Durante o século XIX e até meados do século XX, em vários distritos da cidade de Mariana houve mudanças geográficas no que diz respeito a conformação de seus territórios, e com São Caetano e Furquim não foi diferente. Essas mudanças atestam não somente reivindicações locais da comunidade ali inserida, mas também o jogo político e econômico dos produtos e rendas feitos nesses locais, bem como pagamento de impostos e cargos eletivos de autoridades locais, como os juízes de paz⁷⁵.

O século XX chega na cidade dos bispos trazendo ares de mudança, e São Caetano não diferiu dos outros distritos ao tentar se aproximar da modernização, inaugurando a Estação Ferroviária Dom Silvério em 1923. Em 1943 o distrito tem seu nome modificado para Monsenhor Horta, em homenagem ao sacerdote José Silvério Horta, importante figura na Arquidiocese de Mariana.

José Silvério Horta (1859-1933) nasceu e morreu em Mariana. De acordo com Vieira

José Silvério Horta tinha apenas 18 anos quando se tornou fâmulos do bispo Dom Benevides. Ao contrário dos demais colegas de batina, José Silvério Horta não frequentou o Seminário, e teve suas lições ensinadas pelo bispo. Desde o início de sua jornada na diocese de Mariana, que só

⁷⁴ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. *op. cit.* pp. 238-239.

⁷⁵ Sobre o assunto, cf. NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. Mariana e a distribuição da riqueza: bens e fortunas dos juízes de paz. In: Seminário sobre a Economia Mineira. 14. 2010, Diamantina. Anais Eletrônicos. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2010/D10A128.pdf>>. Acesso em 22 de nov. 2020.

encerraria com sua morte, José Silvério Horta teve um contato muito íntimo com o bispo, o acompanhando em viagens pastorais e ficando responsável pela distribuição de esmolas para os pobres. Foi somente em 1884 que José Silvério Horta recebeu as ordens menores, e o diaconato aconteceu somente quando tinha 27 anos, em 1886.⁷⁶

Uma vez nomeado diácono, José Silvério Horta foi galgando cargos hierárquicos na diocese. Adquiriu, entre outros títulos, o de Cônego efetivo da Sé de Mariana e de secretário-geral do Arcebispado de Mariana. E, para além das disposições formais, o sacerdote construiu uma relação de muita proximidade com a comunidade marianense. Possuía tal prestígio e legitimidade que permitiam a ele requerer para si prerrogativas de cura e milagre – ao passo que a autorização das práticas de cura vinha por meios institucionais, a credibilidade dessas ações era dada pelos fiéis.

Nesse ponto é interessante pensarmos que a imagem de Monsenhor Horta aglutinou em si várias características que o nomearam como um sacerdote virtuoso. Considerando que o período era de reforma e de moralização do clero, o fortalecimento de figuras exemplares aos olhos dos fiéis era de fato muito benéfico para a diocese. Segundo Vieira

Neste sentido, a espiritualidade do bom pastor santificava o sacerdote que levava uma vida moral cristã aos olhos do fiel. Por responder as expectativas do fiel sobre os fazeres do sacerdócio, é que Monsenhor Horta conseguiu desenvolver prerrogativas miraculosas. Outros exemplos que podem ser mencionados para corroborar com a hipótese de que Monsenhor Horta representa um ‘sacerdote virtuoso’, tratam-se do fato de que Monsenhor Horta fora aconselhado a escrever uma autobiografia que

⁷⁶ VIEIRA, Lucas Lolli. *Entre deus e os fiéis: Monsenhor Horta e a cura católica em Mariana (finais do século XIX e início do século XX)*. 2015. 178f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituição Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015. p. 3.

serviria como “exemplo” a ser seguido, bem como o processo de beatificação que atualmente corre sobre Monsenhor Horta.⁷⁷

A importância dada ao Monsenhor tanto pela diocese quanto pelo seu rebanho nos dá indícios dos fatores que impulsionaram a mudança do nome do distrito de São Caetano em sua homenagem. Além disso, a mudança vem na esteira de estreitar os laços da comunidade com a reforma que vinha sendo um dos pilares de atuação da diocese no período.

No que diz respeito às características voltadas a organização econômica e populacional do distrito, apresentamos novamente alguns dados demográficos relacionados a ele:

Tabela 3: Dados do município de Mariana e São Caetano

Ano do censo	Moradores do município	Moradores em São Caetano	Porcentagem de moradores em São Caetano
1920	40.563	1.854	4,57%
1940	31.020	----	----
1950	32.524	1.011	3,10%

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/IBGE.

Conforme nos mostram os dados, a porcentagem de moradores no distrito não ultrapassou os 5%, mantendo um número relativamente estável até os anos 1950. As informações demográficas, para os dois distritos aqui discutidos e também para a sede do município, reforçam a ideia da convivência entre fatores modernos e tradicionais na primeira metade do século XX.

Segundo Kleverson Lima:

⁷⁷ VIEIRA, Lucas Lolli. *Entre deus e os fiéis: Monsenhor Horta e a cura católica em Mariana (finais do século XIX e início do século XX)*. op. cit. p. 2.

“Neste sentido, os artefatos modernos foram gradualmente apropriados no cotidiano do município de Mariana e no núcleo de São Caetano, que estiveram divididos em dois lados. “De um lado, a integração social regional marcada pela intensa religiosidade, a política centralizada, a fragilidade econômica e as atividades artísticas como a banda de música. No outro extremo, a existência de um novo regime, uma nova capital, um impulso industrial, as oportunidades financeiras quanto ao mercado de abastecimento e serviços dirigidos a Belo Horizonte, (que deixa de ser apenas o centro político-administrativo, para tornar-se centro comercial, eixo da vida mineira) a possibilidades de novos empregos, e as promessas quanto á revitalização espacial e semântica desenvolvidas em contraponto ao estigma de decadência. ”⁷⁸

A estrutura político-econômica dos distritos fazia parte do universo social destas localidades, bem como as suas manifestações culturais e religiosas, que também tem importância predominante no seu cotidiano.

⁷⁸ LIMA, Kleverson. *Práticas missivistas íntimas no início do século XX*. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Apud COSTA, Manuela Areias. *Notas sociais: As práticas da banda da sociedade musical São Caetano (1890-1930)*. Monografia de bacharelado em História – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010. p. 54.

2.4. Calendário de festas na cidade dos bispos

A cidade de Mariana carrega desde o período colonial festas de caráter religioso e cívico ao longo do ano, que movem a comunidade local na sua organização, sendo de grande valor para essas localidades. Vamos nos atentar em algumas dessas datas festivas, onde as bandas normalmente têm uma participação importante.

Para além das festividades listadas, também encontramos ao longo do ano outras cerimônias, como a de Santa Efigênia, normalmente celebrada em setembro, e do Mês de Maria, celebrado em maio, a do Santíssimo Coração de Jesus, entre outros dias.

Tabela 4: Calendário festivo de Mariana

Festividade	Dia do ano
Bom Jesus do Monte	1º de janeiro
Semana Santa	Data variável
Nossa Senhora do Carmo	16 de julho
São Caetano	7 de agosto
Proclamação da República	15 de novembro
Nossa Senhora da Conceição	8 de dezembro

2.4.1. Festa de Bom Jesus do Monte

A devoção ao Bom Jesus começa no Brasil no período colonial, trazida pelos portugueses e se instalando na forma de santuários e igrejas ao longo da América Portuguesa. A sua representação normalmente é do Cristo Crucificado, e durante o século XVIII e XIX ela ocupa um lugar

importante na piedade popular. A devoção é advinda do período medieval, quando a Igreja se identifica com a própria comunidade católica.⁷⁹

Em Furquim, a representação do Bom Jesus é feita como um menino, se diferenciando da representação de outros lugares do Brasil, e sua devoção acompanha a fundação do arraial, se tornando o padroeiro da comunidade.

No século XX, a Festa de Bom Jesus do Monte é feita conjuntamente com a passagem de ano, quando a semana é cheia de eventos como missas, celebrações e procissões. Essa é uma das atividades de mais destaque da Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição.

Em um dos Livros de Tombo da paróquia de Furquim, o pároco José Martins da Silva descreve a festa de Bom Jesus no ano de 1948

1º de Janeiro de 1948

Festa de Senhor Bom Jesus do Monte

Visita à paróquia do Reverendíssimo Senhor Padre José Avelar, diretor das associações na arquidiocese. Como nos anos anteriores foi solenemente homenageado pelos paroquianos o grande padroeiro Senhor Bom Jesus do Monte.

As solenidades foram preparadas por uma piedosa novena e nos 3 últimos dias houve pregações feitas pelo Reverendíssimo Senhor Padre José Avelar, digníssimo diretor arquidiocesano do Apostolado da oração e das Congregações Marianas, que na alvorada do ano visitou todas as Associações Religiosas da sede da paróquia, dando a todas oportunas orientações.

Estiveram presentes às solenidades, prestando valiosa colaboração/ os Reverendíssimos Senhores Padres Cônego Armando Adeus dos Santos e Jaime Antunes de Souza, respectivamente vigários de São Domingos e Acaiaca.

⁷⁹AZZI, Riolando. Do Bom Jesus Sofredor ao Cristo Libertador: Um aspecto da evolução da Teologia e da Espiritualidade católica no Brasil. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte. n. 18. 215-233.1986 p. 216.

Neste dia a Banda de Música “Nossa Senhora da Conceição” inaugurou seu rico uniforme que lhe foi oferecido pelos distintos conterrâneos Firmo Antônio de Souza e Ana de Souza Mol.⁸⁰

Essa passagem traz luz sobre a importância que a festa do Senhor Bom Jesus do Monte tinha para a comunidade de Furquim. Além de contar com a presença de sacerdotes de outras paróquias, também participava o Padre José Dias Avelar, na época reitor do Seminário de Mariana. Há também uma menção sobre o uniforme novo da banda, utilizado pela primeira vez especialmente nessa ocasião, o que reforça a relevância da festa do padroeiro para a banda e para a comunidade.

⁸⁰ Livro III do Tombo – Paróquia de Senhor Bom Jesus do Monte de Furquim (1948-1966) Armário 8 – Prateleira 3 – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

2.4.2. Semana Santa

A Semana Santa no calendário litúrgico representa a Paixão, a Morte e a ressurreição de Jesus Cristo. Ela tem início no Domingo de Ramos, que relembra a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém e termina com a ressurreição de Jesus, que ocorre no domingo de Páscoa. No Concílio de Nicéia foi decidido que a Páscoa seria comemorada sempre no primeiro domingo após a Lua cheia de Primavera (ou do Outono, no caso do Hemisfério Sul). Aqui é interessante notar que as datas inicialmente se baseavam no calendário lunar, o que faz com que a Páscoa – e, por consequência, a Semana Santa também – seja comemorada em dias diferentes do calendário civil de ano para ano. Não obstante, a Semana Santa é uma data de grande valia para o catolicismo de forma geral, e nas pequenas vilas católicas é comum que se tenha uma grande preparação para o evento. A presença das bandas dos distritos de Mariana também ocorre durante algumas solenidades da Semana, como é o caso da SMSC, que era convidada pela paróquia para participar das atividades.

Na Semana Santa do ano de 1936, o Delegado Paroquial de São Caetano, Padre Rafael Arcanjo Coelho, escreve as seguintes orientações das solenidades:

A comissão abaixo assinada de acordo com Reverendo Senhor Delegado Paroquial Cônego Rafael Arcanjo Coelho resolveu solenizar os atos da Semana Santa, nesta Paróquia, pelo que espera a correspondência e generosidade do povo. O oficiante é o Reverendo Padre José Soares jovem ainda e talentoso que nos virá trazer com seu verbo eloquente e piedoso exemplo forte incentivo a prática do bem.

Às 8 horas da noite de 7 de abril, terça-feira Santa, se fará a transladação da imagem de Nossa Senhora dos Passos, da Matriz para a capela de Santo Antônio ouvindo-se as marchas fúnebres executadas pela Banda de música

local, sob a regência competente do nosso ilustre
conterrâneo Augusto Zapitre.⁸¹

A Semana Santa, assim como a festa dos padroeiros, é um período que nesses lugares toda a atividade local se volta para a festa, e os conjuntos musicais ocupam lugar de destaque nas solenidades.

⁸¹ Fundo Sociedade Musical São Caetano – Série Correspondências – Subsérie: Cartas – Código: SMSC CoC 004.

2.4.3. Festa de Nossa Senhora do Carmo

A devoção a Nossa Senhora do Carmo remonta ao século XIII, com a construção do primeiro templo em Jerusalém. Com o fim das Cruzadas, seus devotos retornaram para a Europa e a devoção se espalhou em diversos países, incluindo Portugal. Os colonizadores então trouxeram consigo a devoção à América Portuguesa, e já no século XVI se encontrava construído o convento da Ordem Carmelita em Pernambuco.

No termo de Mariana como um todo o dia dedicado à Nossa Senhora do Carmo é muito significativo, considerando que é a padroeira da cidade. A Vila de Nossa Senhora do Carmo recebe esse nome devido a descoberta das terras da vila terem sido feitas no mês de julho, que já dedicado anteriormente à Virgem do Carmelo. Segundo Augusto de Lima Júnior, no século XIX era possível identificar mais de vinte localidades em Minas Gerais com nomeadas em homenagem a Nossa Senhora do Carmo. Também a Ordem Terceira do Carmo era uma das agremiações de maior prestígio na cidade, tendo poder político nas decisões tomadas pela diocese.⁸²

A festa dedicada a Virgem do Carmelo sempre foi cercada de pompa, sobretudo no distrito sede. Nele, as atividades começavam por volta do dia 7 de julho, e contavam com apresentações de corais da cidade, missas e procissões, que contam com a presença de sacerdotes de outras cidades e também importantes autoridades locais.

Nos distritos, como é o caso de Furquim, as comemorações são mais simples, mas também contam com missas e procissões, que é quando a banda de Nossa Senhora da Conceição toca nas ruas do lugar.⁸³

⁸² JUNIOR, Augusto de Lima. História de Nossa Senhora em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. pp. 101-113.

⁸³ FERREIRA, Lorene Dutra Moreira e; FERREIRA, Luiz Roque. *Festas Religiosas: Uma manifestação cultural de Mariana*. Ouro Preto: ETFOP, 2009. pp. 74-83.

2.4.4. Festa de São Caetano

A devoção a São Caetano tem início durante a Contrarreforma católica, com sua morte no ano de 1547 e tendo sido canonizado em 1671. Caetano de Thiene era filho do conde Gaspar de Thiene e de Maria do Porto, desde muito jovem mostrava grande preocupação e zelo pelos pobres, abrindo asilos para os idosos e muitos hospitais para os doentes, especialmente para os incuráveis. Foi um dos sacerdotes que durante o período da Reforma Protestante saiu em defesa da religião católica, fundando também a Ordem dos Teatinos (ou Ordem de São Caetano) em 1524, e ficando conhecido como padroeiro do pão e do trabalho.⁸⁴

Assim como diversas outras devoções, essa também foi trazida a América Portuguesa pelos colonizadores. Em Minas Gerais, uma das primeiras capelas dedicadas ao santo foi a do distrito de São Caetano na primeira metade do século XVIII, e que também se tornou padroeiro daquela comunidade.

Na celebração da festa do padroeiro, que normalmente ocorria na semana do dia 7 de agosto, a banda de música se apresentava juntamente com as queimas de fogos que ocorrem na frente da igreja matriz.⁸⁵

Assim como diversas devoções portuguesas e outras advindas do sincretismo religioso com a religiosidade africana, as festas dos padroeiros e santos populares tem uma relação próxima com o calendário natural de plantação, colheita e passagem de estações, como é o caso do calendário lunar que é utilizado para marcar a data da Páscoa e outros dias festivos. Nestas pequenas comunidades, essas festas carregam a simbiose entre a proximidade com o sagrado institucional reivindicado pela diocese e a proximidade com o solo e os alimentos que este produz.

⁸⁴ CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 823f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. p. 230.

⁸⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. *Processo de Tombamento Núcleo Histórico Urbano Distrito de Monsenhor Horta* – Quadro III. Dez. 2017. pp. 225-226.

2.4.5. Proclamação da República

As comemorações da Proclamação da República vêm na contraposição das outras datas festivas. Sendo por excelência um dia de exaltação dos valores nacionais, o feriado também se torna uma data importante no calendário civil no século XX na medida em que vai sendo construído como um momento de propagação dos ideais republicanos.

Nesse sentido, em Mariana, ao passo que encontramos as bandas voltadas a atividades religiosas, existem bandas que surgem nessa esteira de difusão dos valores republicanos. A criação da banda União XV de Novembro corresponde a busca por tais interesses, e também por agremiar em si determinada identidade política ligada ao Partido Republicano da cidade.⁸⁶

Entretanto, nas comemorações da Proclamação da República, que envolvem encontros das bandas nos locais públicos da cidade, desfiles e discursos políticos, nos deparamos também com a participação das bandas dos distritos.⁸⁷

⁸⁶ COSTA, Manuela Areias. “*Vivas à República*”: Representações da banda “União XV de Novembro” em Mariana-MG (1901-1930). 2012. 140f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. pp. 75-76.

⁸⁷ COSTA, Manuela Areias. *Notas sociais*: As práticas da banda da sociedade musical São Caetano (1890-1930). *op. cit.* p. 70.

2.4.6. Festa de Nossa Senhora da Conceição

A devoção de Nossa Senhora da Conceição é considerada uma das mais antigas do cristianismo, que retrata a história da Virgem Maria, escolhida para ser mãe de Jesus. Na América Portuguesa foi também uma das primeiras devoções a serem feitas, sobretudo pelos franciscanos e jesuítas em vários lugares do território colonial.

Em Portugal, Nossa Senhora da Conceição foi oficializada como padroeira do Reino por Dom João IV, e no reinado de Dom João V o dia 8 de dezembro foi oficializado como o dia para a comemoração da devoção mariana.⁸⁸

Aqui a devoção chega praticamente junto com os primeiros colonos, se espalhou por todo o território. Em Mariana, a devoção mariana é a primeira padroeira da cidade, e durante os séculos XVIII, XIX e XX continua mantendo sua importância na cidade.

Segundo Carvalho

É interessante observar, nesse contexto [século XVIII], a grande quantidade de igrejas dedicadas a Nossa Senhora da Conceição em Minas Gerais. A explicação talvez seja a reação da Contrarreforma aos seguidores de Lutero, que não aceitavam o dogma da Conceição Imaculada de Maria e também devido à consagração do reino português à Virgem Imaculada, efetuada por D. João IV.⁸⁹

Em Furquim, a devoção dá também o nome para a sociedade musical daquela localidade. Considerando a importância litúrgica e devocional da Imaculada Conceição, é significativo que a banda tenha escolhido seu nome em homenagem a ela, sobretudo no contexto de

⁸⁸ JUNIOR, Augusto de Lima. História de Nossa Senhora em Minas Gerais. *op. cit.* p. 65-79

⁸⁹ CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 1123-1150, 2018, p. 1131.

retomada de valores tridentinos feita no século XIX. A banda então também se apresenta no distrito na referida data, também nas procissões e missas.

Capítulo 3 – A música de banda das Minas Gerais

3.1. A Formação das bandas no Brasil

Grosso modo, banda é um conjunto de música formado por instrumentos de percussão e sopro. Sua formação começa a se estruturar na França no século XVII, mas nesse período sua atuação era restrita a apresentações para as cortes e nas igrejas da aristocracia francesa.⁹⁰

Existe na historiografia musical brasileira a discussão sobre a classificação das bandas de música, onde a classificação considerada “tradicional” divide os grupos musicais em bandas civis e militares. De acordo com Fernando Binder, essa classificação tende a generalizar a formação desses conjuntos, além de não considerar aspectos importantes da atuação dessas bandas que se modificaram com o tempo. Segundo o autor “é comum colocar-se sob o mesmo ‘guarda-chuva’ desde conjuntos de chameleiros setecentistas até bandas militares republicanas”.

Um dos maiores problemas que se apresentam ao utilizar essa nomenclatura é o próprio uso do conceito de banda militar. Expressão nascida no século XVIII, designava as bandas regimentais que tinham instrumentos de madeiras, percussão e metais. No século XIX, a expressão passa a designar tanto bandas que tinham funções militares definidas, além de serem mantidas por instituições militares, como também designava conjunto musical com formação instrumental específica, mas sem funções militares. Nesse caso, Binder corrobora a tese de Keith Polk de que a melhor designação para o segundo grupo é de bandas de sopro mistas.⁹¹

Outra classificação é apresentada por Marcos Botelho:

Bandas Militares, Bandas pertencentes a uma instituição e
Bandas Sociedades Musicais. As Bandas Militares seriam

⁹⁰ BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. *op. cit.* p. 8

⁹¹ POLK, Keith et al. *Band*. In: **Grove Music Online**. [s.l.]: Oxford University Press, [2001]. Disponível em: <<http://www.grovemusic.com>>. Acesso em: 2 out. 2002. apud BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. *op. cit.* pp. 14-15.

aquelas pertencentes a instituições militares, por tanto profissionais. As Bandas pertencentes a uma instituição seriam aquelas mantidas por Igrejas, colégios, fábricas, etc., podendo ser amadoras ou semiprofissionais (seus participantes recebem algum tipo de pagamento). Por fim, [...] as Bandas Sociedades Musicais seriam, como dito anteriormente, aquela banda mantida por uma instituição, uma Sociedade Musical, que teria como único ou principal objetivo atividades relacionadas direta ou indiretamente à manutenção desta banda.⁹²

A classificação dos tipos de banda depende menos da quantidade de músicos e instrumentos do que da natureza de suas relações com a comunidade em que está inserida. Sobretudo no Brasil, não encontramos padronização do número de integrantes e nem do tipo de repertório utilizado pelas bandas, sendo adaptado ao gosto e a necessidade da realidade que se apresenta.⁹³ Como veremos adiante, ainda que as duas metodologias de classificação abarquem muitos dos casos, não conseguem suprir todas as nuances que transitam entre a relação das bandas com a sociedade.

Como já foi mencionado, o modelo a partir do qual se forma a banda de música que conhecemos hoje se originou no reinado de Luís XIV, no século XVII. Os padrões instrumentais das bandas ao redor da Europa no período se basearam nesse modelo. Já no século XVIII, entre os anos de 1743 e 1762 ocorre a transição da banda de oboés⁹⁴ (modelo anterior) para o conjunto conhecido como *harmoniemusik*, ou banda de harmonia,⁹⁵ que se espalharam entre a aristocracia europeia.

⁹² BOTELHO, Marcos. *Sociedade Musical Beneficente Euterpe Friburguense: Um estudo sócio-histórico*. 2006. Dissertação (Mestrado em Musicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 13. Apud SILVA, Lélío Eduardo Alves da. As bandas de música e seus "mestres". *Cadernos do Colóquio*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 155-167. 2009 p. 155.

⁹³ SILVA, Lélío Eduardo Alves da. As bandas de música e seus "mestres". *op. cit.*, p. 156

⁹⁴ Os conjuntos eram mais comumente formados por instrumentos da família dos oboés, como as flautas, os clarinetes e os fagotes.

⁹⁵ Definição do autor de bandas de harmonia a partir da instrumentação: "fixação de um par de trompas, a diminuição de três para dois oboés e o emprego de clarinetes e flautas, adicionados ou em substituição aos oboés." BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. *op. cit.* p. 16.

Ainda no século XVIII, esses mesmos conjuntos sofreram outra transformação instrumental, dessa vez advinda dos instrumentos de percussão como os bumbos e o tamborim. Para harmonizar a sonoridade, foram adicionados mais clarinetes, flautins, trombones e requintas. Esse *ensemble* ficou denominado banda mista ou militar, mesmo que nem todas fossem mantidas por militares, mas sim devido à grande influência das bandas militares para sua formação.⁹⁶

Em Portugal, somente no final do século XVIII que as bandas de música, sob o modelo dos conjuntos de *harmoniemusik* foram introduzidas de forma definitiva no exército português. Essa questão levanta um outro ponto de debate na historiografia musical, sobre a presença ou não de bandas no Brasil antes da chegada da Corte em 1808, no que tange à existência de relatos divergentes sobre a presença desses conjuntos na recepção da família real. O fato é que somente no século XIX que o campo musical das bandas de música se consolida no Brasil, se capilarizando dos grandes centros urbanos e nas cidades interioranas.⁹⁷

Anteriormente a esse período de disseminação das bandas no Brasil, durante o período colonial, uma expressão musical comum e de grande prestígio era a dos grupos musicais que tocavam nas fazendas de seus senhores. Segundo Tinhorão, os proprietários de escravos, ao lado da Igreja Católica, foram os principais contribuintes para o aproveitamento da vocação musical dos africanos. Os grupos de músicos das fazendas começaram a serem vistos como símbolo de poder e sua presença se tornou recorrente nas grandes propriedades, sobretudo no século XVIII.⁹⁸

Esses conjuntos era composto geralmente por trombetas, charamelas e marimbas e tocavam um variado repertório nas festas e cerimônias religiosas. As pequenas orquestras formadas pelos africanos escravizados deram as bases para as “bandas de barbeiros”, primeiros grupos musicais que tocavam música instrumental destinada ao lazer

⁹⁶BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. *op. cit.* pp. 17-20.

⁹⁷ COSTA, Manuela Areias. “*Vivas à República*”: Representações da banda “União XV de Novembro” em Mariana-MG (1901-1930). *op. cit.* p. 49.

⁹⁸ TINHORÃO, José Ramos. *Música popular de índios, negros e mestiços*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1975. p. 71.

público nas cidades e importantes na disseminação de gêneros populares para o público.⁹⁹

Com a vinda da Corte em 1808 uma maior atenção institucional começa a ser dada as bandas de música, dando a esses grupos uma formação mais moderna. Segundo Areias

As iniciativas de D. João VI no campo da música no Brasil deixaram marcas profundas. Houve mudanças no repertório utilizado pelas bandas, assim como ocorreram transformações estilísticas, houve um aumento da atividade musical profana (representadas, sobretudo, pela ópera) e ocorreu a profissionalização do músico, decorrente da atuação do Estado como empregador e patrocinador. As aulas de músicas passaram a ser ministradas na Capela Real e nos quartéis, em prol de funções específicas.¹⁰⁰

Aos poucos, então, as bandas militares foram substituindo os chameleiros e trombeteiros que se apresentavam nas festas religiosas e nas procissões, e a Família Real passa a solicitar a presença das bandas nas suas festas com muita frequência. Em 1831, com a criação da Guarda Nacional, esta passou a ser a encarregada de produzir a música oficial, passando também a tocar em concertos públicos e ampliando seu repertório. Ao longo do século XIX as bandas passaram a produzir música para as grandes massas, tocando em locais públicos e proporcionando acesso a uma audiência muito maior.

Um outro ponto que é importante lembrar é que as bandas eram utilizadas em determinados momentos como instrumentos de um projeto civilizacional da elite brasileira nesse período, como é o caso do carnaval no Rio de Janeiro. Conforme nos propõe Binder

⁹⁹ COSTA, Manuela Areias. “*Vivas à República*”: Representações da banda “União XV de Novembro” em Mariana-MG (1901-1930). *op. cit.* p. 50.

¹⁰⁰ COSTA, Manuela Areias. “*Vivas à República*”: Representações da banda “União XV de Novembro” em Mariana-MG (1901-1930). *op. cit.* p. 51.

Um ponto importante e pouco explorado na literatura sobre bandas de música é a intenção civilizacional que as bandas de música tiveram no século XIX. [...] Este mesmo projeto civilizacional estava presente na introdução do carnaval à francesa no Rio de Janeiro, projeto no qual as bandas militares participaram. Já em meados da década de 1840, a nova elite burguesa da corte ambicionava criar outras formas de brincar o carnaval; de um lado procurava-se produzir uma festa burguesa, moderna e de espírito parisiense, por outro, era necessário desqualificar o entrudo (Ferreira, 2005, p. 32-40).¹⁰¹

Ao passo que as bandas militares se disseminaram e se desenvolveram de norte a sul no país, as bandas civis também começaram a despontar no século XIX. Segundo Binder, as bandas militares podem ser consideradas como o vetor de difusão ou mesmo a origem das bandas civis. As agremiações civis que surgiam nos grandes centros e também no interior incorporaram o *éthos* militar, que transparecia no uso de uniformes, nos nomes dos conjuntos (muitas utilizando o título de corporações), e também no repertório. Essa influência foi sentida também pelo comércio que alimentava as bandas com instrumentos e partituras, exaltando os produtos que eram feitos para “Música Militar”.¹⁰²

Em meados do século XIX, havia no Brasil dois contextos musicais: de um lado, a cultura musical europeizada da elite local, restrita aos grandes teatros e salões; de outro a cultura musical relacionada à cultura popular que acontecia nos espaços públicos. As bandas musicais transitavam de um polo a outro, atuando inclusive na adaptação à moda brasileira dos gêneros musicais que vinham da Europa para o Brasil, como a polca, a valsa e o *schottish*.¹⁰³

¹⁰¹ BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. *op. cit.* pp. 72-73.

¹⁰² BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. *op. cit.* pp. 78-79.

¹⁰³ GOMES, Karina Barra; TEIXEIRA, Simonne. Tradição e modernidade: as bandas civis em Campos dos Goytacazes, RJ. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Rio Grande, vol. 11, n. 21, p. 231-252. 2019. pp. 239-240.

Em Minas Gerais não foi diferente. Herdeira de uma tradição musical, a província mineira vê no século XIX o surgimento de vários grupos musicais, tanto militares quanto civis. Esses grupos atuaram como porta de entrada de vários gêneros musicais e exerceram papel de grande importância no processo cultural da sociedade mineira, como ainda o fazem até os dias atuais.¹⁰⁴

Com a queda da economia extrativa em Minas, muito dos investimentos feitos nas companhias de músicos durante o século XVIII deixam de ser prioridade. Esse fator somado à demanda social de atividades religiosas nas comunidades, proporcionaram uma proliferação rápida dos conjuntos musicais na província.¹⁰⁵

¹⁰⁴ COSTA, Manuela Areias. “*Vivas à República*”: Representações da banda “União XV de Novembro” em Mariana-MG (1901-1930). *op. cit.* p. 54.

¹⁰⁵ ALVES, Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues. *Bandas de música e o cenário musical de Vila Rica/Ouro Preto no século XIX*. 284f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2019. p. 208

3.2. A Sociedade Musical São Caetano

Minas Gerais assistiu no século XIX ao aparecimento de diversos conjuntos musicais. Na região dos Inconfidentes vemos vários exemplos desses grupos, como cita Paulo Henrique Alves sobre as bandas de Ouro Preto

Na literatura sobre Ouro Preto, há relatos de que a partir da década de 1860 surgiram na cidade diversas sociedades musicais sobre as quais se tem a referência de orquestras e/ou bandas. Teriam sido bandas de música paisanas [civis]: o Clube Musical João da Mata, [...] a Sociedade Musical União e Fraternidade (1872), fundada por José Egídio Costa; a Sociedade Musical União e Confraternidade (1872), que tinha como secretário Francisco Roberto Veloso; a Euterpe Ouro-Pretana (1878); a Sociedade Musical Henrique de Mesquita (1884), que funcionava no Antônio Dias; a Sociedade Musical Senhor de Matosinhos e a Banda Santa Efigênia (ambas da década de 1890), além da Filarmônica Ouro-Pretana. O Clube dos Lacaiois, fundado em 1864 em resposta a outro clube carnavalesco dos funcionários do Palácio, cujo Zé Pereira saía às ruas tocando zabumba, clarins e pratos, compunha-se, também, de músicos de banda. Teria havido ainda, os Girondinos e o Treze de Maio.¹⁰⁶

Em Mariana nesse mesmo período vemos o surgimento de sociedades musicais, como é o caso da Sociedade Musical São Caetano. Parte da sua documentação histórica está reunida no Arquivo São Caetano,

¹⁰⁶ ALVES, Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues. *op. cit.* p. 213. As referências utilizadas pelo autor na listagem das bandas foram: Tais corporações foram citadas em: PROGRAMA DOS FESTEJOS (pela visita de Campos Sales a Ouro Preto). Ouro Preto: Typographia Beltrão & C., 1899; SANTOS, Carlos José dos. Ouro Preto. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1929. p. 319-327; CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. Ouro Preto. Belo Horizonte: Ed. Própria, 1969, 312p; ROCHA, Gentil. A Banda do Rosário de Ouro Preto. Ouro Preto: IAC/UFOP, 1994.

sob a guarda do Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

A documentação do Arquivo São Caetano foi doada pelos moradores do distrito em 1993. Preocupados com a degradação em que se encontravam os documentos – que se achavam abandonados em um casarão histórico do distrito, alguns moradores entraram em contato com o Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto para que alguma medida fosse feita de maneira a preservar esses documentos. Sendo assim, o Departamento de História recolheu e abrigou essa documentação juntamente com o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, e o tratamento dessas fontes começou a ocorrer somente seis anos depois, em 1999.

O acervo é dividido entre o Fundo Família Ferreira e Ramos e Fundo Sociedade Musical São Caetano. A família Ramos, moradora no distrito de São Caetano no final do século XIX, tinha alguns de seus membros como importantes componentes da sociedade musical, o que justifica que parte da documentação do conjunto estar alocada no mesmo casarão onde se achavam os documentos abandonados.

A partir da organização da documentação foi possível identificar algumas das séries documentais: partituras sacras e profanas, correspondências, notas de recebimento de mercadorias, fotografias, poemas, materiais escolares, entre outras espécies. As fontes sugerem que a principal ocupação do núcleo familiar Ferreira era a atividade comercial, enquanto do núcleo familiar Ramos se voltava a atividade de fogueteiro.¹⁰⁷ O exame da documentação da família, conjuntamente com àquela que é própria da Sociedade Musical, pode abrir portas para uma melhor interpretação dos elementos culturais que cercavam o conjunto. A grande troca comercial feita pela família com outras localidades nos ajuda a compreender inclusive algumas atividades da banda, como é o caso da compra, encomenda e conserto de instrumentos, por exemplo.

¹⁰⁷ CORREIA, Fernanda Póvoa. *O Arquivo Privado São Caetano: registro (s) de si, constituição de memórias e escrita da história*. 2014. 135f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto – Mariana. 2014. p. 20-22.

Uma correspondência datada de 1922, enviada pelo dono de uma das lojas com as quais os músicos compravam instrumentos e acessórios, e endereçada a Felicíssimo Agostinho Ramos – um dos membros da família que compunha a banda – diz o seguinte:

Ilustríssimo Senhor,
Felicíssimo Agostinho Ramos
São Caetano

Amigo e Senhor

Comunico-lhe que seguiu hoje para a Estação de Mariana, a consignado ao Senhor Arlindo Ramos, os Dois instrumentos reformados que espero chegar ao vosso contento, as Palhetas segue pelo correio.

Peço vossa senhora nos devolver o engradado que por engano o empregado pôs os instrumentos no caixote de outro freguês.

Sem mais guardando sempre vossas elevadíssimas ordens, me firmo com toda estima e consideração,

De Vossa Senhoria
Amigo e Obrigado
Hugo Weingrill¹⁰⁸

Essa correspondência nos ilumina um pouco das práticas de manutenção da própria banda. Considerando o preço da compra de novos instrumentos nem sempre ser possível, a reforma se apresentava como uma saída mais viável para evitar a perda desses objetos. Outro membro da banda, Arlindo Agostinho Ramos, também desempenhou importante papel dentro da sociedade musical. Segundo Areias:

Finalmente, quanto a Arlindo Agostinho Ramos, sabemos que ele atuou como regente e compositor da banda da Sociedade Musical São Caetano. Arlindo Ramos era um

¹⁰⁸ ASC. Série Correspondências. Subsérie Cartas. Código SMSC CoC 002.

sujeito atento às mudanças do seu tempo. Pelas correspondências trocadas com seus amigos, percebemos que ele mesmo se considerava como um sujeito *up to date*. Suas atividades como escrivão, músico, revendedor, além de outros ofícios não identificados, permitiram-lhe deslocar por circuitos próximos ou distantes ao distrito de São Caetano. Arlindo partilhou de um intercâmbio cultural entre vários centros urbanos, fato que se comprova através da grande quantidade de partituras impressas em revistas produzidas nas capitais (a partir dessas obras que o músico partia para as composições próprias), e das correspondências trocadas com missivistas de várias localidades.

A presença de catálogos com preços de instrumentos e partituras dos mais diversos gêneros musicais atestam não somente a atividade com intuito material da banda, mas também da troca cultural que era feita através das revistas, prática comum no início do século XX, popularizada pela chegada da ferrovia no distrito. Outros documentos nos mostram também algumas das táticas usadas pelas bandas para a compra de materiais necessários, como uniformes, que era através de rifas e de sorteios.¹⁰⁹

Como foi mostrado no capítulo anterior, as sociedades musicais faziam parte de eventos tanto cívicos quanto religiosos, e essas duas características conviviam no seu cotidiano. As fotografias da banda e também seu repertório, repleto de marchas e dobrados, atestam a presença ainda forte do *éthos* militar. Participando das comemorações da Proclamação da República, solenidades da Câmara Municipal, e entre outras festividades que podiam contar inclusive com a ilustre presença do Dr. Gomes Freire de Andrade – que era senador no período, a SMSC representava em si as transformações trazidas pela modernização nos séculos XIX e XX.

¹⁰⁹ ASC. Série Listas. Código SMSC Li 004.

Entretanto, mesmo com as mudanças trazidas pela modernização, vemos que diversos elementos ligados à vivência tradicional da comunidade ainda tinham grande importância, sobretudo para a religião católica, na figura da paróquia.

Como citamos no segundo capítulo, a contínua presença da SMSC nas atividades religiosas demonstra que havia o interesse das paróquias de continuarem próximas dessa instituição, que nos pequenos distritos tinham grande importância sociocultural, por serem muitas vezes os únicos atrativos sociais daquela comunidade.

Dentre a extensa documentação do arquivo, encontramos diversos gêneros musicais nas partituras de músicas profanas e sacras. Dentre as sacras o gênero que mais se destaca é a missa, mas também encontramos motetos, credos, ladainhas, antífonas, invitatórios, réquiens, responsórios, entre outros. Já nas partituras profanas, encontramos sobretudo marchas e dobrados, gêneros musicais muito ligados às atividades militares. Além destes, também vemos valsas, tangos, hinos, fantasie, polcas e mazurcas. Isso demonstra que as músicas tocadas pela sociedade musical de alguma forma dialogavam com gêneros de outras localidades.

Outro gênero encontrado em menor quantidade (cerca de 30 partituras) é a marcha fúnebre. Esse gênero nos aponta que ao que tudo indica a banda acompanhava determinados cortejos fúnebres.

Segundo João José Reis, em seu livro *A morte é uma festa*, existem maneiras histórica e culturalmente diferentes de os homens e mulheres encararem o final da vida. No Brasil, vemos que durante século XIX os cortejos fúnebres se tornaram verdadeiros espetáculos, uma forma dos fieis mostrarem a que Deus eles gostariam de se unir quando morressem¹¹⁰. Reis afirma que

A produção fúnebre interessava sobretudo aos vivos, que por meio dela expressava suas inquietações e procuravam dissipar suas angústias. Pois, embora variando em intensidade, toda morte tem algo de caótico para quem fica. Morte é desordem e, por mais esperada e até desejada que seja, representa ruptura com o cotidiano.

¹¹⁰ REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 138.

Embora seja seu aparente contrário, a festa tem atributos semelhantes. Mas, se a ordem perdida com a festa retorna com o final da festa, a ordem perdida com a morte se reconstitui por meio do espetáculo fúnebre, que preenche a falta do morto ajudando os vivos a reconstruir sua vida sem ele¹¹¹.

Os cortejos fúnebres variavam muito de acordo com a posição social do morto. Os cortejos de crianças, por exemplo, eram festivos e participativos. Em geral os “anjinhos” eram rodeados de flores e panos, e suas mortes eram recebidas com foguetes, comida, bebida e música. Já os dos escravos eram feitos, em sua grande maioria, sem solenidades pela Santa Casa, com raras exceções.

A presença de padres também variava dependendo da idade e do estilo de vida do morto. As crianças eram as que menos tinham presença de religiosos em seus funerais, pois não cometeram muitos pecados em vida. Já os mais velhos eram os que tinham mais sacerdotes¹¹². Isso também designava o grupo social do morto, já que a contratação de muitos padres custava dinheiro e era sinal de pompa¹¹³.

As “festas” fúnebres pomposas também faziam parte das cerimônias das irmandades - associações de fiéis (em sua maioria leigos) que se originaram na Europa Medieval e foram difundidas por Portugal na expansão marítima. Suas principais atividades eram de promover o culto a seus santos patronos, e promover assistência mútua a seus integrantes no âmbito econômico e espiritual¹¹⁴ - tornando os cortejos de seus irmãos mais ricos e opulentos. Foram as confrarias que mais contribuíram para o desenvolvimento da prática musical no final do século XVIII e XIX, pois nos enterros e outras celebrações cristãs contratavam grupos musicais para tocarem¹¹⁵.

O desejo de pompa nos enterros era registrado em muitos testamentos, em que os testadores pediam, além da presença de muitas

¹¹¹ REIS, João José. *op. cit.* p. 138.

¹¹² REIS, João José. *op. cit.* p. 142.

¹¹³ REIS, João José. *op. cit.* p. 143.

¹¹⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p.316 -317.

¹¹⁵ CASTAGNA, Paulo. A música religiosa mineira no século XVIII e primeira metade do século XIX. *Apostila do Curso de História da Música Brasileira*. Instituto de Artes da UNESP. p. 4.

peessoas, padres e irmãos, o acompanhamento de músicos, que podiam formar pequenas ou grandes orquestras.

Eles tocavam mementos [encomendações fúnebres] à saída do funeral da casa (na encomendação), e seguiam silenciosos o cortejo carregando seus instrumentos em uma das mãos e uma vela ou tocha na outra. Durante a missa de corpo presente, voltavam a tocar, frequentemente aumentados em número, agora incluindo organista e coro¹¹⁶.

São nesses momentos de vivência da morte de forma coletiva em cortejos que as marchas fúnebres tiveram maior recepção. Vários fatores impulsionaram o advento da marcha fúnebre, nos cortejos, durante o século XIX. O primeiro deles foi a vinda da Família Real em 1808, que trouxe junto com a Corte a prática de novos costumes, como as procissões de santos com a presença de bandas militares. É também nesse momento que se observa um declínio dos investimentos na música produzida dentro das igrejas – devido à diminuição da produção aurífera – e um consequente aumento dos festejos de rua, realizados pela comunidade com bandas de música¹¹⁷.

Na primeira metade do século XIX as bandas de música se consolidaram como símbolo de status, quando os grandes proprietários contratavam maestros europeus para ensinar música para os escravos. Os conjuntos se tornaram os mais requisitados para animar os eventos locais. Dessa forma, principalmente a partir do final do século XIX, os enterros de todas as figuras de prestígio contavam com a presença de bandas de músicas tocando marchas fúnebres¹¹⁸.

Além disso, a marcha fúnebre também se valeu de um acontecimento essencial para seu estabelecimento enquanto gênero musical: o afastamento dos cemitérios em relação aos centros urbanos, porque, segundo a mentalidade iluminista, eram lugares que poluíam os espaços civis com as sepulturas e seu banimento se tornou uma demanda da saúde pública.

¹¹⁶ REIS, João José. *op. cit.* pp. 153-154.

¹¹⁷MELO, Edésio Lara. *Marchas fúnebres: tradição musical na microrregião de São João del-Rey (1870-1965)*. p. 68-73.

¹¹⁸MELO, Edésio Lara *op. cit.* pp. 88-91.

Esse afastamento levou a uma mudança na forma com que a sociedade do oitocentos lidava com a morte e o luto. Nesse momento surge a valorização das demonstrações públicas de luto, como as roupas e alterações no comportamento. E é nesse contexto que as bandas de música e as marchas fúnebres começam a se firmar como costumes funerários: se antes o percurso do cortejo era feito em silêncio, ele começa a se tornar mais movimentado.

3.3. Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição de Furquim

Assim como a Sociedade Musical São Caetano, a Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição de Furquim também data do século XIX, mais precisamente do ano de 1890, com a sua primeira formação em tendo como um de seus líderes o professor Antônio Marcos Pinheiro.

Aqui nos voltamos mais uma vez à figura do professor. As fontes nos mostram que era uma pessoa detentora de grande prestígio na comunidade de Furquim, pois além de ser professor e um dos condutores da banda, também tinha uma relação estreita com a paróquia, como atesta o Livro de Tombo dos anos 1884 a 1901. Além disso, mostra que desde sua fundação o conjunto sempre esteve intimamente ligado às proposições da religiosidade institucional, na figura da paróquia.

Inicialmente denominada como Corporação Musical, o conjunto tinha também extensa referência nas bandas militares, o que também se percebe no repertório musical. As partituras de dobrados e marchas estão presentes, apesar de também compartilham espaço com valsas e hinos religiosos.

Um ponto onde pode-se analisar a presença da junção de vários fatores culturais é nas partituras de marchas fúnebres. Ao mesmo tempo em que encontramos partituras intituladas “Stabat Mater”¹¹⁹, com clara referência à música católica, também encontramos partituras de marchas fúnebres intituladas “Sobre a campa de uma esposa”, que se tem um caráter profano e ligado ao amor romântico¹²⁰.

Outro ponto importante de ser destacado sobre os diferentes elementos culturais que compõem esses conjuntos é a presença massiva de mulatos nas bandas. Segundo Costa

Partimos do pressuposto de que o ambiente musical das bandas é marcado por elementos de uma prática cultural

¹¹⁹ Prece católica datada do século XIII.

¹²⁰ As duas partituras fazem parte do acervo privado da banda, localizado em sua sede no distrito de Furquim.

que remonta à tradição colonial, mas permeado pelas apropriações de novos discursos, costumes e representações. Sendo assim, as bandas civis de caráter moderno, em Minas Gerais, rearticularam o legado musical das corporações musicais dos séculos anteriores, como por exemplo, em relação à participação expressiva de músicos descendentes de africanos, aos repertórios, aos instrumentos e às apropriações militares. [...] Raymundo Faoro salienta que os mulatos livres poderiam obter “ascensão na classe, pela riqueza e a ascensão no estamento, pelo prestígio”.¹²¹ Por meio da música o mulato pôde inserir-se socialmente, pois por intermédio dela, ele conseguiu ampliar a sua rede de relações sociais, fato que contribuiu para a mobilidade social. Assim, a predominância de descendentes de africanos em corporações musicais já era uma prática comum desde o período colonial.¹²²

A partir de fotografias mais recentes que fazem parte do arquivo privado da SMNSC, pode-se observar que ainda no século XX esse dado se mantém.

Assim como a SMSC, o conjunto musical Nossa Senhora da Conceição também dependia da comunidade onde se inseria para se manter financeiramente. Doações, rifas e sorteios faziam parte das tarefas dos membros da banda para custear instrumentos, uniformes, partituras, entre outras possíveis despesas, como é o exemplo dos uniformes doados para a banda por moradores locais que foram estreados na festa de Bom Jesus do Monte no ano de 1948.

Ao longo da primeira metade do século XX, observamos que essa proximidade da banda com a paróquia também era carregada de nuances

¹²¹ COSTA, Iraci Del Nero da, *apud*, MONTEIRO, Maurício. “Música e mestiçagem no Brasil. ” *Revista Nuevo Mundo*, seção debates, 2006. Disponível em <<http://www.nuevomundorevues.org/index1626.html>>. Acesso em 12 nov. 2006, pp. 1-14. *Apud* COSTA, Manuela Areias. “*Vivas à República*”: Representações da banda “União XV de Novembro” em Mariana-MG (1901-1930). *op. cit.* p. 55.

¹²² COSTA, Manuela Areias. “*Vivas à República*”: Representações da banda “União XV de Novembro” em Mariana-MG (1901-1930). *op. cit.* p. 55.

e conflitos, como transparece no Livro de Tombo dos anos 1948 a 1966 (esse já escrito a punho pelo próprio pároco).

O Delegado Paroquial José Martins da Silva assume a paróquia de Furquim em 1948, sete anos depois da sua nomeação como presbítero. Pelo seu relato, nos parece que existe um esforço por sua parte de reivindicar formalmente as rédeas da sociedade musical, o que não acontece sem resistência de alguns membros da diretoria e da comunidade.

Em uma das passagens o sacerdote expõe os embates que enfrentava no momento com a direção da banda devido a atividades que a mesma gostaria de exercer, como tocar em um clube de danças – mencionado no primeiro capítulo – e o pároco não aprovava:

Diretor da Corporação Musical, era um direito e um dever meu, proibir que os instrumentos fossem usados em bailes e outras orgias de caráter pagão. Meus pedidos neste sentido nem sempre foram atendidos. E desobediências deste gênero culminaram em um Baile, organizado pelo então maestro Antônio Benedito Simim, a CR\$ 10,00 a entrada. Admoestei-o em particular, explicando que as causas não podiam continuar assim. Esgotei os meus recursos para evitar choques. Tudo foi inútil. O plano era urdido maldosamente para anular meus esforços. Tudo fizeram para uma reforma na diretoria, ao sabor de suas paixões políticas. Nossa Senhora velou pela sobrevivência de sua Banda que só devia existir para o bem e não para o mal.¹²³

Essa passagem nos mostra que além de uma tentativa de controle das atividades da banda voltadas somente para o sagrado, nem sempre a comunidade e os músicos aceitavam passivamente as imposições. O conflito segue durante os anos seguintes, e em 1949 a Sociedade Musical

¹²³ Livro III do Tombo – Paróquia de Senhor Bom Jesus do Monte de Furquim (1948-1966) Armário 8 – Prateleira 3 – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. f. 10-11.

é registrada em cartório na tentativa de ser reconhecida como um patrimônio da paróquia.

Entretanto, o pároco continua encontrando desavenças com a direção da banda, como atesta na seguinte passagem

Falei da necessidade de um novo maestro que fosse obediente, honesto e à altura do cargo. A Corporação era da paróquia e como seu diretor nato e também escolhido espontaneamente por todos os elementos principais da sede paroquial, era um direito que me assistia fazer uma nova escolha.¹²⁴

Após a renúncia do maestro da banda, organizou-se nova votação entre os membros da direção, entretanto o nome mais votado foi o do próprio maestro que havia renunciado ao cargo. Também é interessante notar que o pároco se coloca como diretor por direito do conjunto, o que para ele legitima as intervenções que procurava fazer.¹²⁵

Essas questões levantadas pelo sacerdote reforçam a ideia de uma investida por parte da Igreja nesse período, já levantada no Sínodo em 1903 e que reaparece nos livros de tomo, de uma busca constante por controlar de forma mais objetiva as atividades musicais consideradas sagradas, e que no caso da paróquia de Furquim, a banda se encaixava como uma delas, sendo considerada como seu patrimônio legítimo.

¹²⁴ Livro III do Tombo – Paróquia de Senhor Bom Jesus do Monte de Furquim (1948-1966) Armário 8 – Prateleira 3 – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. f. 10-11.

¹²⁵ O restante do texto escrito pelo pároco José Martins se encontra nos anexos, devido aos vários elementos do texto que contribuem com a discussão aqui colocada.

CONCLUSÃO

As sociedades musicais militares e civis possuem prestígio social, desde seu aparecimento até os dias atuais. No século XIX, estavam constantemente ligadas à música oficial das solenidades religiosas e civis, gozando de grande visibilidade social, sobretudo nas comunidades interioranas, precárias no que tange a opções de lazer.

As bandas civis carregam uma mistura de elementos sacros e profanos, e podemos observar que esses dois lados nem sempre conviviam em harmonia. Havia uma disputa, claramente por parte da Igreja, de se considerar as bandas de caráter mais religioso que profano, considerando-as como *patrimônio* instituição religiosa.

Nesse momento, na passagem do século XIX para o XX e na primeira metade deste, a Igreja se volta para si mesma, revendo conceitos e se distanciando da modernização, e também passa a disputar a consciência da população em geral. Nesse contexto, ela toma uma série de medidas que objetivam um controle maior da Igreja sobre as expressões de fé, com o objetivo de manter a religiosidade oficial cada vez mais atrelada às suas determinações. Existe por parte da diocese uma orientação direta de afastamento do poder eclesiástico do poder local, mas que na prática por vezes acabava se voltando para uma relação próxima das autoridades civis e religiosas. Porém, apesar de orientarem tal afastamento, advertem: sejam súditos dos poderes civis *non solum propter iram, sed etiam propter conscientiam* (Romanos 13:5). Ou seja, a diocese ordena que os católicos se separem das instituições civis, contanto que isso não se oponha a voz da consciência.

Há então uma ofensiva por parte das paróquias, enquanto instâncias introjetadas da instituição religiosa no seio da comunidade, na tentativa de se manter como um dos pilares da sociedade, sobretudo da sociedade mineira, que na primeira metade do século XX tinha grande importância na configuração político-social do país.

Para Fernando Binder, as bandas militares tinham uma dimensão de caráter simbólico e outra de caráter infra-estrutural. Para Manuela Areias,

esses grupos se tornam locais de práticas culturais, além de propagação de determinados ideais e valores.

Acreditamos que, além dessas características, que existe uma diferenciação no que diz respeito às práticas das bandas civis, que podem ter um caráter mais voltado à esfera civil, e outras que se ligam mais propriamente ao caráter religioso, como é o caso das Sociedades Musicais de Nossa Senhora da Conceição de Furquim e de Sociedade Musical São Caetano.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

FONTES

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

- Livro de Tombo de Furquim – I
- Livro de Tombo de Furquim – III
- Primeiro Sínodo da Diocese de Mariana, celebrado pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Dom Silvério Gomes Pimenta
- Processos de Genere et Moribus

Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão em História/Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

Arquivo São Caetano:

- **Fundo Sociedade Musical São Caetano**
- **Série:** Partituras Musicais Manuscritas
- **Série:** Partituras Musicais Impressas
- **Série:** Correspondência
- **Fundo Família Ferreira e Ramos**
- **Série:** Correspondências

Arquivo Particular da Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição de Furquim

- Partituras Musicais Manuscritas
- Fotografias

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: Roceiros e Fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Editora UFV, 2008.

_____; ANDRADE, Mariza Guerra de. (Coord.). VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia Historia*: Belo Horizonte, vol. 23, nº 37. 2007. p.151-166.

ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 32, nº 63. 2012.

ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Tradução de Priscila Vianna de Siqueira. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1977.

AZZI, Riolando. Igreja e Estado em Minas Gerais: crítica institucional. *Síntese*, Belo Horizonte, nº 38, 1986.

BENEDITO, Celso José Rodrigues Benedito. Banda de Música Teodoro de Faria: perfil de uma banda civil brasileira através de uma abordagem

histórica, social e musical de seu papel na comunidade. 2005. Dissertação (Mestrado em Música) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. 2006. 135f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 823f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

_____. Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 1123-1150. 2018

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: 2009.

_____. *Pierre Bourdieu e a história: debate com José Sérgio Leite Lopes*. Topoi. Rio de Janeiro, pp. 139-182, mar. 2002.

CORREIA, Fernanda Póvoa. *O Arquivo Privado São Caetano: registro (s) de si, constituição de memórias e escrita da história*. 2014. 135f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto – Mariana. 2014.

COSTA, Manuela Areias. *Notas sociais: As práticas da banda da sociedade musical São Caetano (1890-1930)*. Monografia de bacharelado em História – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

_____. *“Vivas à República”*: Representações da banda “União XV de Novembro” em Mariana-MG (1901-1930). 2012. 140f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. *Música e ultramontanismo: possíveis significados para as opções composicionais nas missas de Furio Franceschini*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. *Resgates e abandonos do passado na prática musical litúrgica católica no Brasil entre os pontificados de Pio X e Bento XVI (1903-2013)*. 2016. 465f. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

EFEGÊ, Jota. *Maxixe: A dança excomungada*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1974.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 5ª Ed.

FERREIRA, Lorene Dutra Moreira e; FERREIRA, Luiz Roque. *Festas Religiosas: Uma manifestação cultural de Mariana*. Ouro Preto: ETFOP, 2009.

FRADE, Gabriel dos Santos. *Entre Renascimento e Barroco: os Fundamentos da Arquitetura Religiosa e a Contrarreforma – O De Fabrica Ecclesiae de Carlos Borromeu*. 554f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A cultura clerical e a folia popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 17, n. 34. 1997.

GOMES, Karina Barra; TEIXEIRA, Simonne. Tradição e modernidade: as bandas civis em Campos dos Goytacazes, RJ. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Rio Grande, vol. 11, n. 21, p. 231-252. 2019.

GROSS, Eduardo. Contribuição das definições do sagrado de Rudolf Otto e Mircea Eliade para o estudo da literatura. *Graphos*, João Pessoa, vol. 19, n. 1, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

_____. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. vol. 26.

JUNIOR, Augusto de Lima. História de Nossa Senhora em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LIMA, Edilson Vicente de. A dança venturosa: o maxixe como expressividade diaspórica entre a Monarquia e a República brasileira. *Artefilosofia*, Ouro Preto. n. 21, 2016.

MATOS, Valeria. *A Música Sacra religiosa: fatores antecedentes no Brasil ao Motu Proprio Tra Le Sollecitudini*. Anais do III SIMPOM 2014 - Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014.

MELO, Edésio Lara. *Marchas fúnebres: tradição musical na microrregião de São João del-Rey (1870-1965)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1926.

OLIVEIRA, Elza. Procissões – De estratégia de territorialidade à expressão de religiosidade popular. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v.9, n. 2, p.15-21, jul-dez 2012.

PEREIRA, Mabel Salgado. *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocristandade (1888-1952)*. 2010. 349f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PROJETO DAS BANDAS DE MÚSICA DAS MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.bandasdeminas.com.br/projeto-das-bandas-de-musica-de-minas-gerais/>>. Acesso em 02 de out. 2019.

REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. "O cotidiano da morte no Brasil oitocentista". In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral) e ALENCASTRO, Luiz Felipe de (organizador do volume). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. "A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849 -50)". *História ciência saúde*. [Online]. mar./jun. 1999, vol.6, no.1, p.53 -80. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701999000200003&lng=pt&nrm=iso>. ISS N 0104- 5970.

SILVA, Lélío Eduardo Alves da. As bandas de música e seus "mestres". *Cadernos do Colóquio*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 155-167. 2009.

SILVEIRA, Diego Omar. *Sacerdos Magnus: Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988)*. 207f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2009.

TAVARES, Thiago Rodrigues. A religião vivida: expressões populares de religiosidade. *Sacrilegens: Juiz de Fora*. v. 10, n.2, 2013.

TINHORÃO, José Ramos. *Música popular de índios, negros e mestiços*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

TORRES-LONDOÑO, Fernando (Org.). *Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus Editora, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

ANEXOS

Livro III do Tombo – Paróquia de Senhor Bom Jesus do Monte de Furquim (1948-1966) - Armário 8 – Prateleira 3 – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

Registro do Pároco sobre a situação da Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição de Furquim

F. 10f

15 de Agosto de 1951

Corporação Musical “Nossa Senhora da Conceição” da paróquia de Furquim

A Corporação Musical N. Senhora da Conceição de Furquim, foi sempre um patrimônio, da paróquia, mas ainda não o era oficialmente, juridicamente. Jamais ninguém duvidou disto. Entretanto, uma série de acontecimentos que obedeciam a um plano satanicamente organizado para anular todo o trabalho construtivo das autoridades eclesásticas, vieram nos alertar.

Logo que fui encarregado desta paróquia, vaga com a transferência para Ouro Preto do meu ilustre antecessor Reverendíssimo Senhor Padre José Martins Teixeira, os componentes da Corporação Musical se reuniram e me entregaram a direção da sociedade.

Escolhido Diretor pela unanimidade dos votos de elemen

F. 10v

tos de ambas as correntes políticas, interessei-me logo pelo desenvolvimento da corporação. Dada minha sólida ligação de amizade e parentesco com o Senhor Firmo Antônio de Souza e Dona Oma Mól Souza, conseguimos uma generosa doação: um rico uniforme para a sociedade,

então composta de 18 meninos. Tudo corria a mil maravilhas. Fizemos uma ótima excursão prêmio a João Monlevade, por ocasião de um Congresso Eucarístico Regional. Foi uma jornada inesquecível.

Jamais cogitei me envolver na política local, como não me envolvi oficialmente. Todas as minhas atitudes só visaram um ideal: defender os direitos de Deus e da Igreja, promovendo a união e a concórdia das famílias.

Diretor da Corporação Musical, era um direito e um dever meu, proibir que os instrumentos fossem usados em bailes e outras orgias de caráter pagão. Meus pedidos neste sentido nem sempre foram atendidos. E desobediências deste gênero culminaram em um Baile, organizado pelo então maestro Antônio Benedito Simim, a CR\$ 10,00 a entrada. Admoestei-o em particular, explicando que as causas não podiam continuar assim. Esgotei os meus recursos para evitar choques. Tudo foi inútil. O plano era urdido maldosamente para/ anular meus esforços. Tudo fizeram para uma reforma na/ diretoria, ao sabor de suas paixões políticas. Nossa Senhora velou pela sobrevivência de sua Banda que só devia existir para o bem e não para o mal.

Com a viagem a Monlevade e o mau procedimento e a indisciplina do maestro, não pude suportá-lo mais. Falei/ da necessidade de um novo maestro que fosse obediente, honesto e à altura do cargo. A Corporação era da paróquia e como seu diretor nato e também escolhido espontaneamente por todos os elementos principais da sede paroquial, era um direito que me assistia fazer uma nova escolha.

Tendo conhecimento do ocorrido, imediatamente

F. 11f

depois de nossa chegada de Monlevade, ele me procurou, entregou a chave da sede e pediu exoneração do cargo de maestro, dando-me plena liberdade de escolher outro.

Com as melhores das intenções, convoquei uma Reunião para explicar os motivos que me levaram àquela atitude de indicar entre os músicos candidatos que deviam ser votados para a vacância do senhor maestro. Procedeu-se a eleição, sendo o senhor Antônio Benedito Simim,

que não era candidato, eleito com um a mais. Não reconheci sua escolha. Não era candidato, não merecia aquele cargo. Todos aqueles votos tinham sido comprados. Era uma revolta contra minha sadia orientação.

Tudo foi discutido amplamente, semi-publicamente. Era de fato uma revolta planejada. Confessaram sua rebeldia e preferiram se desligar de nós. Noite dramática aquela de Outubro mas a noite da redenção de um patrimônio sagrado que não podia ficar entregue em mãos de partidos políticos.

É verdade que, com o correr dos tempos ela foi ficando apenas com elementos de uma corrente, mas isto foi uma força das circunstâncias. Alguns elementos que concordaram com a nossa atitude e disciplina necessárias, mesmo da outra corrente e que assinaram fidelidade ao diretor, não puderam resistir e se afastaram meses depois, vencidos pela pressão dos rebeldes que só tinham um plano: colocar-me em dificuldade e provar uma atitude minha disciplinar e de intenções puras, como uma atitude política.

Deus é testemunha de meus atos e sabe que só visei a sua glória. Aqueles que são [retos] de coração hão de me fazer justiça.

De então para cá, tivemos que enfrentar horas amargas, sofrimentos enormes e fazer esforços heroicos que a sobrevivência da Corporação. Estava em jogo um patrimônio sagrado da paróquia, em jogo o princípio de autoridade achincalhada por alguns elementos sem nenhum ideal.

A luta foi grande, mas como eram as melhores as/ nossas intenções, a proteção de Nossa Senhora não nos faltou.

F. 11v

Certa vez, indo a Mariana, expliquei a situação ao Excelentíssimo e Reverendíssimo senhor Bispo Auxiliar e falei a Sua Excelência sobre a necessidade de registrar a Corporação, afim de garantir a sua sobrevivência como patrimônio da paróquia. Ajudou-me a elaborar os estatutos que foram registrados, ficando uma via registrada no Livro de Atas, outra no arquivo paroquial e outra na cúria metropolitana.

A Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição de Furquim é portanto um patrimônio legítimo da paróquia de Senhor Bom Jesus.

Além dos instrumentos, alguns reformados, outras doações generosas de conterrâneos novos que residem fora, outros adquiridos, são ainda/ da sociedade alguns moveis, partituras, uniformes, etc.

Toda a renda que a Corporação vem recebendo com os toques são canalizadas nesse sentido de manter o patrimônio, saldar dívidas antigas etc. como consta do livro caixa.

É esta, em resumo, a história da Corporação Musical, que hoje tem uma sede no Salão Paroquial Bom Jesus, outro testemunho de nossa boa vontade com esta paróquia.